

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE ALAGOAS – **UNEAL**

CAMPUS III - PALMEIRA DOS ÍNDIOS

CURSO DE LICENCIATURA EM HISTÓRIA

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS XUCURU-KARIRI DA MATA DA CAFURNA NO COTIDIANO  
DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: CONVIVENDO COM A  
(IN)DIFERENÇA**

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL**

**2014**

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS XUCURU-KARIRI DA MATA DA CAFURNA NO COTIDIANO  
DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS: CONVIVENDO COM A  
(IN)DIFERENÇA**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado à Universidade  
Estadual de Alagoas – UNEAL,  
Campus III – Palmeira dos Índios,  
como requisito parcial para  
obtenção do grau de Licenciatura  
em História. Prof Orientador: MsC.  
Jose Adelson Lopes Peixoto.

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL**

**2014**

MARY HELLEN LIMA DAS NEVES

**OS XUCURU-KARIRI DA MATA DA CAFURNA NO COTIDIANO DE  
PALMEIRA DOS ÍNDIOS: CONVIVENDO COM A (IN)DIFERENÇA**

**BANC EXAMINADORA**

---

**Prof. MsC. José Adelson Lopes Peixoto**

**Orientador**

---

**Prof<sup>a</sup> MsC. Ana Cristina de Lima Moreira**

**1<sup>o</sup> Examinador**

---

**Prof<sup>o</sup> Tiago Barbosa da Silva**

**2<sup>o</sup> Examinador**

**PALMEIRA DOS ÍNDIOS – AL**

**2014**

## AGRADECIMENTOS

Foram muitos os desafios para chegar até aqui e muito tenho a quem agradecer, obrigada meu Deus por sempre me direcionar e me proteger. A minha família, na figura de meus pais Francisco e Luísa, seguido por meus irmãos Jal, Cris, Magui, Neno e Júnio que sempre me apoiaram e me permitiram seguir o caminho que eu julgasse ser o melhor, mesmo quando para vocês isso não fosse tão claro.

A Juliana minha cunhada pelo lar que com o passar do tempo tornou-se minha segunda casa, ao meu irmão Júnio também pelo lar, mas principalmente pelo laço que entre nós se fortaleceu durante esse tempo de convivência através de suas sugestões, compreensões e palavras de estímulo. A Laine, pelas broncas e por muitas vezes acreditar em mim, mas do que eu mesma; a Lari por me ensinar a viver com mais leveza e sempre que possível com um sorriso no rosto, mesmo quando as circunstâncias não cabiam, a Tati por me apresentar o NEPEF, e também por me permitir descobrir que por trás dessa fortaleza de pessoa, existe uma amiga carinhosa e confiável; a Dinho, pela oportunidade de com você partilhar o sentimento de irmandade; a Vitória por sua alegria contagiante e pelos momentos turbulentos com parte da turma; a Van por sua calma e disponibilidade em me ajudar nos trabalhos; a Sueli e Simone e Ana Paula pelos longos anos de amizade, pela torcida e pelos conselhos; a Deisy pelo carinho e injeções de ânimo; a Viviane pelas dicas, pelas gargalhadas, a Luan pelas contribuições, sugestões nos grupos de estudo; a toda minha turma, pois como vocês sabem houve períodos que mais convivi com vocês do que com minha família e isso nos possibilitou um dos maiores feitos da vida, o surgimento e amadurecimento da amizade, amizade esta que tenho certeza, preservaremos por muito tempo, se não fisicamente, mas em nossos corações.

Aos meus professores Amélia Florêncio, Wellington Lopes, Roberto Calábria, Luana Teixeira, Cristiano Cezar e em especial Francisca Neta, que em muitos momentos se preocupou comigo, indo muito além da professora, muito obrigada minha querida, foi através de pessoas como você que pude perceber que estava no caminho certo.

Ao meu orientador querido, Adelson Lopes que além de professor tornou-se amigo, que me ouviu desde o início, mesmo quando eu não sabia exatamente o que abordar, e despertou em mim o interesse em estudar a temática indígena, sempre me atentando para o respeito e cuidado necessário, uma vez que eu decidisse estudá-la com mais ênfase. Obrigada por me estender a mão e respeitar meu tempo, compreendendo que naquele tempo seria necessária uma pausa. A você minha gratidão, respeito e admiração.

Ao Povo Xucuru Kariri, em especial os da Mata da Cafurna, onde destaco Suyane, Hildérica e Eliete que gentilmente cederam entrevistas esclarecendo dúvidas a cerca de algumas questões do universo indígena, a vocês meu eterno agradecimento, e que a realização desta pesquisa seja apenas o início de muitas e o começo de uma saudável amizade, pois seu cotidiano simples me propiciou lições de como viver bem coletivamente, e o quanto suas músicas e danças por si só, os representa e transmite para quem visita a aldeia uma energia indescritível.

## DEDICATÓRIA

Este trabalho é totalmente dedicado a José, que não está mais em nosso convívio fisicamente, mas sempre em meu coração, pessoa que desde quando surgiu em minha vida sempre me estimulou, torcendo incondicionalmente para que eu pudesse vencer nos diversos aspectos de minha vida. A você, meu amor, dedico essa conquista.

Entre os índios o velho é o dono da história, o homem é dono da aldeia, e a criança é a dona do mundo.

**Orlando Villas Boas**

## RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo central conhecer o cotidiano dos índios Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna, analisando vários momentos de sua trajetória, passando pelo processo de posse e retomada de suas terras tradicionais, vivenciando sua cultura e suas verdadeiras condições de vida, para em um segundo momento conflitá-los com os inúmeros preconceitos estereotipados aos índios pela sociedade envolvente. Como metodologia foram utilizados materiais bibliográficos que tratam desta temática, partindo de pesquisadores locais a intelectuais reconhecidos mundialmente, também através do trabalho etnográfico, com o emprego da pesquisa de campo através de entrevistas com índios e não índios, o que possibilitou a coleta de dados extremamente importantes para o andamento e posterior finalização da pesquisa. Na apresentação gráfica optou-se pela utilização de imagens fotográficas expostas em forma de pranchas produzidas com o recurso do PhotoScape. As imagens dialogam com o texto criando a possibilidade de projetar no imaginário do leitor a materialização dos espaços descritos. Além de descrever aspectos cotidianos da aldeia, a escrita culmina com uma discussão sobre o processo de demarcação territorial e a conseqüente negação da imagem do índio no município.

**Palavras-Chave:** Cotidiano. Cultura. Xucuru-Kariri. Retomada

## ABSTRACT

This research is mainly aimed to meet the daily lives of Indians Xucuru-Kariri the Forest of Cafurna, analyzing various times in his career, passing for possession and recovery process of their traditional lands, experiencing their culture and their real conditions of life, in a second moment it conflicts with the numerous stereotypical prejudices to the Indians by the surrounding society. As methodology bibliographic materials dealing with this subject were used, starting with local researchers recognized the intellectual world, also through ethnographic work, with the use of field research through interviews with Indians and non-Indians, which enabled data collection extremely important for the progress and completion of subsequent research. In the graphical presentation was chosen by the use of exposed images in the form of boards produced with the use of PhotoScape. Images dialogue with the text creating the possibility of designing the imagination of the reader the materialization of the spaces described. Besides describing everyday aspects of the village, writing culminates with a discussion of the process of territorial demarcation and the consequent denial of the image of the Indian in the city.

**Keywords:** Everyday. Culture. Xucuru-Kariri. Resumed.

## SUMÁRIO

<b>Considerações Iniciais.....</b>	<b>10</b>
<b>Capítulo I Os Xucuru-Kariri: Processo de Posse e Retomada de suas Terras Imemorais.....</b>	<b>13</b>
1.1 Os Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios .....	14
1.2 A Mata da Cafurna: Sua história e seu povo .....	21
<b>Capítulo II O cotidiano dos aldeados na Mata da Cafurna.....</b>	<b>26</b>
2.1 As estruturas físicas da aldeia.....	29
2.1.1 A escola.....	29
2.1.2 Roças e Cercado para pasto.....	30
2.1.3 Farmácia/Posto de Saúde.....	30
2.1.4 Lagoa dos pagãos/Barragens.....	31
2.1.5 Terreiro do Ouricuri.....	33
2.1.6 Outras formas de Subsistência.....	34
2.2 Os Importância da aldeia para seus moradores.....	36
2.3 Organização Social e Política da aldeia.....	40
<b>Capítulo III A (in) invisibilidade dos Índios Xucuru-Kariri frente à sociedade Palmeirense.....</b>	<b>41</b>
3.1 Os índios Xucuru-Kariri pelos não índios.....	45
3.2 O processo de demarcação das terras Indígena em Palmeira dos Índios...	47
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>52</b>
<b>Referências.....</b>	<b>54</b>

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Esta pesquisa traz uma abordagem sobre o povo Xucuru-Kariri da aldeia indígena Mata da Cafurna, em Palmeira dos Índios, interior de Alagoas, destacando aspectos da sua historicidade, cotidiano e condição de vida. Para isso foi necessário coletar informações bibliográficas, documentais e imagéticas, estabelecendo interlocuções entre a história cultural, a memória, a oralidade e antropologia visual.

Nos capítulos que compõem este trabalho monográfico evidencia-se a necessidade e a relevância de se conhecer alguns aspectos históricos a respeito dos Índios Xucuru-Kariri, particularmente da Aldeia Mata da Cafurna e assim obter dados que se somados aos já existentes possibilitem a instrumentalização necessária para preencher algumas das lacunas encontradas na historiografia local e evidenciadas em diversos momentos da execução desta pesquisa.

Desenvolver esta pesquisa foi possível por várias questões, principalmente pelo meu envolvimento e afinidade com o tema, pois a cada leitura feita, a cada material indicado, mais eu me identificava, até que compreendi que não teria como ser outra questão, se não a indígena. Também pela oportunidade em manter contato com o povo Xucuru-Kariri sempre que necessário, fosse na aldeia, fosse na faculdade (UNEAL) e até mesmo nos eventos afins.

Como percurso metodológico foram realizadas algumas entrevistas com índios e não índios. Recurso este, que me possibilitou encontrar elementos que reafirmassem determinadas questões. As entrevistas aconteceram na aldeia e na Universidade, onde alguns índios estudam. Essa metodologia, denominada de pesquisa de campo participante permite observar “*in loco*” aspectos relatados nas entrevistas e destacados na fase anterior, denominada de pesquisa bibliográfica. Durante as visitas realizadas à aldeia, foi possível produzir um acervo fotográfico, do qual parte é utilizada na composição gráfica dos capítulos deste trabalho.

O uso de fotografias, como recurso metodológico, ilustra as falas e descrições dos espaços da aldeia e permitem, ao leitor, criar uma ligação entre o texto e a imagem, tornando tal recurso indispensável para o desenvolvimento do sentimento de pertencimento e identificação com o lócus da pesquisa.

Quanto às informações obtidas através das entrevistas, estas foram gravadas em mp3 e transcritas para em seguida serem extraídas as partes mais relevantes

para esta pesquisa, de modo que corroborem para elucidação dos fatos necessários. Como de praxe, os nomes dos informantes foram preservados para evitar quaisquer tipos de represálias e/ou constrangimentos e, quando tais informantes são referenciados, isto se faz com a denominação de Morador 1, Morador 2, Morador 3, Morador 4.

O primeiro capítulo deste trabalho de conclusão de curso, intitulado Os Índios Xucuru-Kariri: Processo de Retomada e Posse de suas terras Imemorais, apresenta questões referentes ao processo histórico iniciado com a chegada dos índios Xucuru e dos kariri à região onde atualmente abriga o município de Palmeira dos Índios - Alagoas, abordando a princípio a forma como estes receberam e perderam a posse do referido território e posteriormente o quanto é desafiador para estes povos e entidades afins lidar com o processo demarcatório de homologação de suas terras, uma vez que são muitas as pessoas interessadas para que este processo não aconteça e tampouco que seja favorável aos índios. A metodologia de pesquisa foi pautada em identificação, coleta e leitura de material bibliográfico em primeiro momento, para no segundo momento de posse da instrumentalização teórica necessária partir para a etapa da pesquisa em campo, na Aldeia Indígena Mata da Cafurna, objeto desta pesquisa. Pretende-se apresentar uma contribuição ao processo historiográfico local, no sentido de disponibilizar o material coletado, para que novas pesquisas surjam sobre o povo Xucuru-Kariri e publicizar a participação dos povos indígenas como protagonistas na construção do cotidiano palmeirense, amenizando o silêncio da escrita local sobre esta etnia no município de Palmeira dos Índios.

No segundo capítulo intitulado O cotidiano dos aldeados da Mata da Cafurna tratarei especificamente do cotidiano das pessoas que vivem na aldeia Indígena Mata da Cafurna, desde seus aspectos habitacionais, educacionais, econômicos, até políticas de saúde, formas de subsistência, religiosidade, além de suas hierarquias. Desenvolver um estudo deste território tornou-se objetivo desta pesquisa, uma vez que esta aldeia se destaca por ser considerada, pelos estudiosos e escritores da temática, o centro político das demais aldeias do município, por sua resistência e posterior habilidade em conquistar aliados, e por estar sempre atenta às conjunturas que lhes diga respeito. Portanto é de suma importância conhecer seu cotidiano, seu modo de viver, sua forma de organização e com isso buscar compreender como se dão essas relações dentro do seu habitat. Para este fim utilizarei referências

bibliográficas que me possibilitem desenvolver a observação desse cotidiano de forma coerente.

No terceiro e último capítulo deste trabalho que tem como discussão, A (in) invisibilidade dos Índios Xucuru-Kariri frente à sociedade palmeirense, que tem a intenção tentar desconstruir o estereótipo dado e eternizado a esta etnia por algumas pessoas da sociedade palmeirense, expondo as inúmeras características no município que a tradicionalizam enquanto cultura múltipla incluindo com mais ênfase a cultura indígena, além de investigar as inúmeras contradições existentes por trás da demarcação física das terras indígenas do Povo Xucuru-Kariri, para isto tomarei como base os relatos tanto da comunidade indígena, quanto da comunidade não índia, além de intelectuais que desenvolvam discussões a cerca desta temática.

## CAPÍTULO I

### O PROCESSO DE RETOMADA E POSSE DAS TERRAS IMEMORIAIS DOS XUCURU-KARIRI

Os primeiros registros de contatos com os povos nativos da América são, em sua maioria, tendenciosos, a princípio generalizaram os nativos como índios, ignorando suas especificidades, seus costumes e suas formas de organização. Esse contato aconteceu contra a vontade dos nativos, lhes rendeu punições extremamente violentas como a massiva tentativa de exterminação, isso porque seus invasores os enxergavam como selvagens e desalmados, segundo os europeus aparentavam ter ligação com o demônio e por conta de sua maneira de viver e sua pele avermelhada eram vistos com exotismo.

Para conseguir atingir seu objetivo maior que era dominar a área invadida, os europeus não mediram esforços como cita Las Casas<sup>1</sup>:

Os espanhóis, com seus cavalos, suas espadas e lanças começaram a praticar crueldades estranhas nas vilas, burgos e aldeias, não poupando nem as crianças e os homens velhos, nem as mulheres grávidas e parturientes e lhes abriam o ventre e as faziam em pedaços como se estivessem golpeando cordeiros fechados em seu redil. Faziam apostas sobre quem, de um só golpe de espada, fenderia e abriria um homem pela metade, ou quem, mais habilmente e mais destramente, de um só golpe lhe cortaria a cabeça, ou ainda sobre quem abriria as entranhas de um homem de um só golpe. Arrancavam os filhos dos seios da mãe e lhe esfregavam a cabeça contra os rochedos [...] Outros, a quem quiseram, deixaram vivos, cortaram-lhe as mãos e assim os deixavam.

Com os índios que viviam nas costas brasileiras a conjuntura não foi diferente do restante da América; a colonização portuguesa através de diversas iniciativas como as missões jesuíticas utilizou-se de inúmeras estratégias para manipula-los. Como tentativa de sobrevivência, alguns grupos casaram entre si, fingiram seguir as doutrinas impostas pelos portugueses, abandonando temporariamente sua identidade étnica original. Os que não aceitaram essa imposição fugiram em massa adentrando os sertões, até que alguns deles chegaram

---

<sup>1</sup> LAS CASAS, Bartolomé de. **O paraíso destruído**: brevíssima relação da destruição das Índias. 6ª. ed. Porto Alegre: L&PM, 1996, p. 30.

à região da Serra da Palmeira, ao Vale da Promissão, local posteriormente denominado Palmeira dos Índios.

O território onde atualmente localiza-se Palmeira dos Índios possui terras férteis e agricultáveis que a princípio só foi percebida e utilizada pelos índios para sua própria subsistência, buscando de forma harmônica não destruir a natureza, prevalecendo sempre à exploração de maneira muito respeitável. No entanto após a chegada do homem branco, que se iniciou com a chegada de Frei Domingos de São José, em 1770, e posteriormente com os fazendeiros e todos os outros que viram nas terras indígenas lucratividade e formas de exploração, situação que dura até os dias atuais onde os lados antagônicos disputam a posse das referidas terras.

É importante e necessário conhecer como se deu esse processo de aproximação cultural entre índios e não índios, analisando as diversas formas usadas pela sociedade envolvente para atingir seu principal objetivo, que era apropriar-se das terras indígenas que compõem o município de Palmeira dos Índios.

### **1.1 Os Xucuru-Kariri em Palmeira dos Índios**

Intelectuais contemporâneos como Sérgio Buarque de Holanda, Júlio Cezar Melatti, Darcy Ribeiro entre outros, afirmam que existe uma dívida incalculável com os povos indígenas e que ela não se restringe apenas as terras, mas principalmente ao genocídio que dizimou milhares de nativos.

O município de Palmeira dos Índios partilha desta dívida, vivencia até hoje fortes conflitos com os índios, que não aceitam ver os fazendeiros ocupando suas terras e por verem os poderes públicos municipais, estaduais e federais, junto a omissão de órgãos indígenas como a FUNAI, pouco fazendo para efetivar a demarcação das terras no município.

O município carrega consigo uma história cultural muito rica. Tem como seus primeiros habitantes os Xucuru e Kariri. Os primeiros vieram da Vila de Cimbres, atual cidade de Pesqueira- PE e os segundos viviam as margens do Rio São Francisco, nas proximidades de Porto Real do Colégio – AL. Ambos chegaram a essa região fugindo dos colonizadores que queriam explorar sua força de trabalho. Esse processo aconteceu de forma muito perversa; os indígenas foram perseguidos e tiveram que aceitar a imposição do homem branco que trazia também uma nova religião, novos hábitos e novos costumes, incompatíveis com as suas tradições.

Os que não se submeteram a esta imposição evadiram-se das regiões litorâneas e foram adentrando aos sertões, muitos deles partiram sem rumo até que chegaram a Mata da Palmeira, como cita <sup>2</sup>Luiz B. Torres:

Os primeiros armaram suas palhoças, espalhando-se pelo Vale a partir dos sopés das serras, ao norte da cidade, até as terras dos Olhos d'Água do Acioli, hoje município de Igaci e circunvizinhanças. Os segundos apossaram-se das lombadas nos maciços das serras da Boa Vista, Goiti, Kandará e Mandioca.

O número de índios nas serras palmeirenses era em torno de 700<sup>3</sup>, estatística bastante considerável para a época. Viviam de maneira harmônica, cultivavam ervas doces e medicinais, faziam o trabalho de olaria produzindo potes, igaçabas, jarras além de outros artesanatos. Baseando-se em alguns materiais encontrados por Luiz B. Torres, acredita-se que os indígenas estavam no estado da Idade da Pedra Polida, base para isto, são os materiais expostos tanto no Museu Xucurus em Palmeira dos Índios, quanto no Museu de Arqueologia de Xingó – MAX, pois não foi encontrado nenhum objeto de bronze ou de ferro que sugerisse uma cultura mais adiantada.

Por volta de 1770 chegou Frei Domingos de São José à Aldeia dos Xucuru-Kariri. Sua origem antes de chegar a Palmeira dos Índios é desconhecida bem como a sua ordem religiosa, apesar de ser recorrente fazer referências a sua vida religiosa como franciscano ou capuchinho devido a relatos de que o mesmo vestia-se de marrom. Sua missão era converter os nativos ao catolicismo. Cerca de dois anos da sua chegada, o Frei conseguiu conquistar a confiança dos índios e os incentivou a “conversão” também os mobilizou para construir uma capela de taipa e palha. Com o passar dos tempos o religioso percebeu que a região onde fora construída a Capela pertencia a Sesmaria de Burgos, do Cel. Manoel da Cruz Vilela que faleceu e a deixou como herança a sua esposa Dona Maria Pereira Gonçalves e filhos.

Frei Domingos solicitou aos herdeiros do Cel. Manoel e deles recebeu meia légua de terras em quadra para a construção de uma Capela em homenagem a Bom Jesus da Boa Morte. A doação foi registrada em cartório na cidade de Garanhuns – PE em 27 de Julho de 1773. A escritura de doação (imagens 1 e 2) configura-se

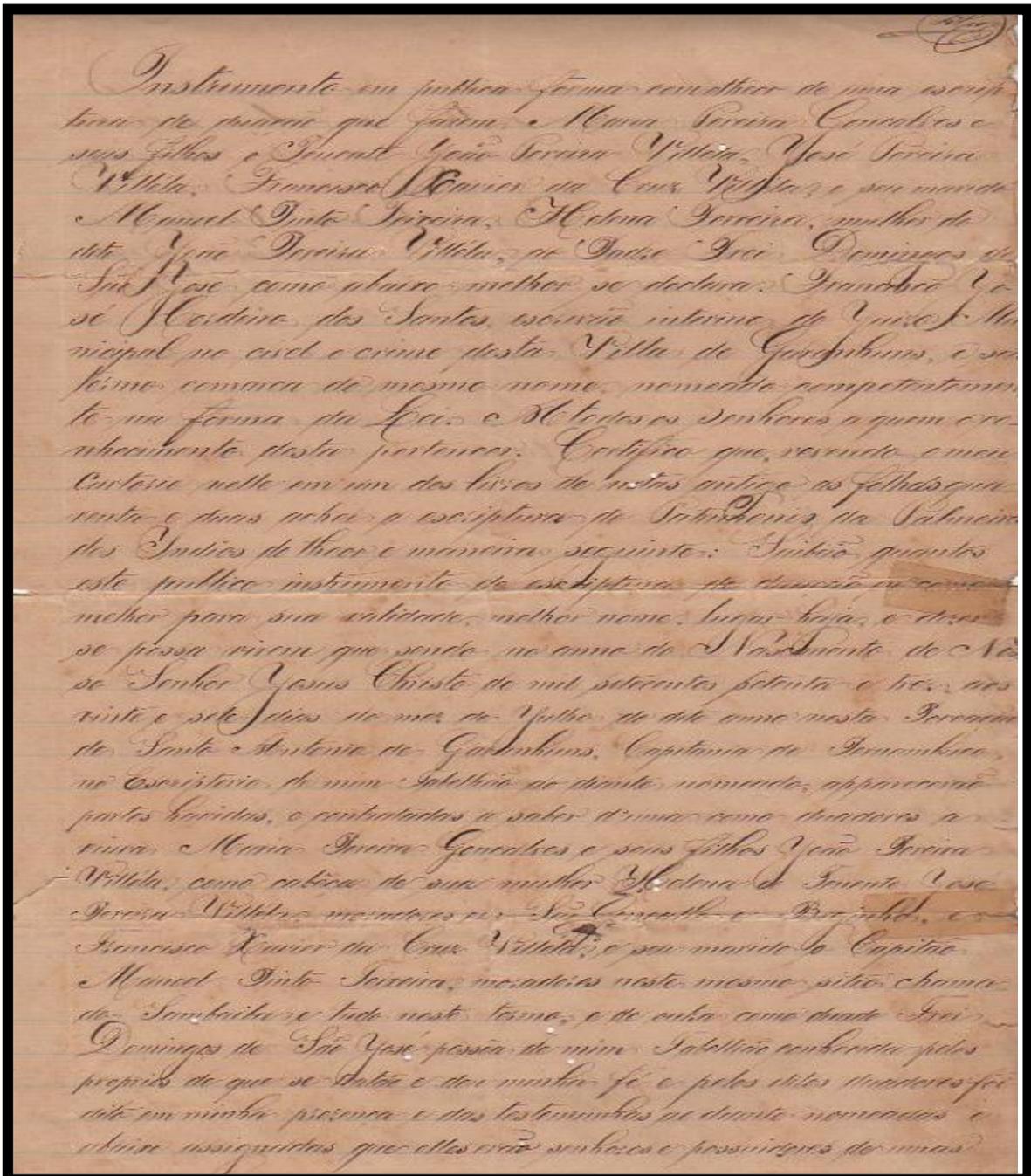
---

<sup>2</sup> Luiz B. Torres. Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios, 1984: p 09

<sup>3</sup> Dados fornecidos por Luiz B. Torres em seu livro Os índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios, p. 09.

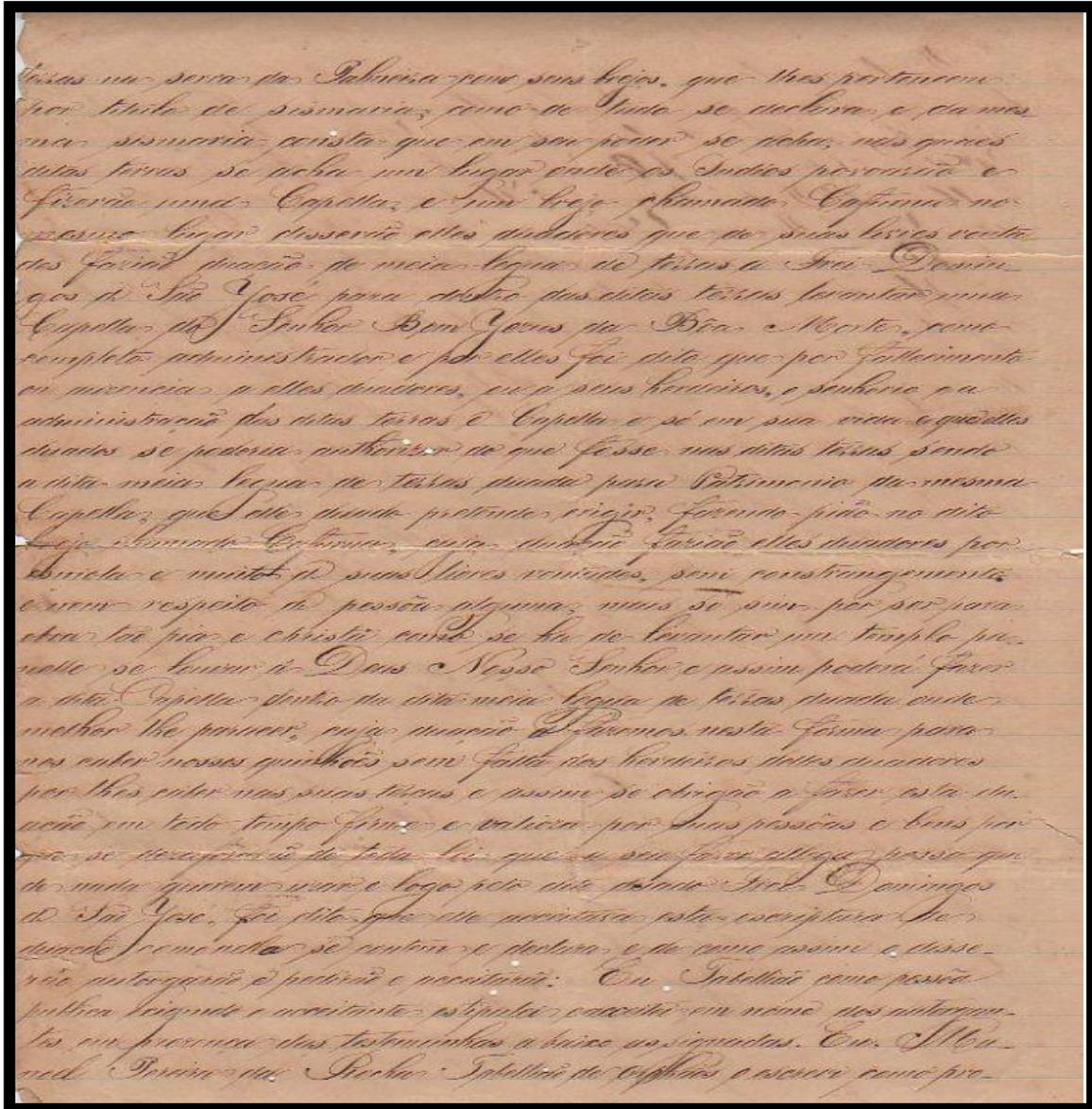
como documento de suma importância para o processo de demarcação territorial e consequentemente para luta por identidade, ou seja, por uma reafirmação étnica, pois tal documento registra a existência incontestável dos indígenas na região, especificamente no entorno da Cafurna, tendo o riacho de mesmo nome como marco central do território.

Imagem 1 – Cópia da carta de doação das terras ao Frei Domingos de São José.



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos – NEPEF/UNEAL  
Campus III

Imagem 2 – Cópia da carta de doação das terras ao Frei Domingos de São José.



Fonte: Acervo do Núcleo de Estudos Políticos, Estratégicos e Filosóficos – NEPEF/UNEAL Campus III

Durante sua convivência com os nativos, Frei Domingos os fez sentir a necessidade de mudar a capela da serra da Jiboia para um ponto menos acidentado no sopé da serra. Para isto usou a artimanha de mudar, várias vezes, a imagem do mártir para o tronco de uma árvore, e alardeando a vontade do santo, convenceu a comunidade a mudar.

A construção da Igreja, pelos próprios indígenas, durou cerca de 8 (oito) anos, desta vez com uma melhor estrutura física e um novo padroeiro, substituindo o Bom Jesus da Boa Morte por Nossa Senhora do Amparo. Tal ação, conforme Barbosa (2009) passa a ser o marco na história de fundação de Palmeira dos Índios.

Em seguida, o imperador mandou demarcar as terras dos índios fundando as Sesmarias Indígenas, sendo assim, onde habitassem 100 famílias indígenas fundava-se uma sesmaria. Com isso, os índios adquiriam o direito de possuir duas léguas de terra. A Lei de Terras de 1850 levou as províncias a considerarem os moradores desses aldeamentos não mais índios e mais tarde com a instauração do governo federal da República de 1889, tornou-se extinto o direito de existir as aldeias, não existiria mais a sesmaria de índios e suas terras tornaram-se terras devolutas.

Era oportuno para o Estado, naquele momento, o entendimento de que não havia mais índios a assistir, por isso iniciou-se um silêncio oficial. A extinção dos aldeamentos representa uma tentativa de acelerar o processo de integração dos índios, mas principalmente de seus territórios, à sociedade nacional. (SILVA JÚNIOR 2013, p 18)<sup>4</sup>

Muitas foram às investidas dos brancos para tomarem as terras habitadas pelos Xucuru-Kariri; os viciaram com cachaça, desvirginaram suas filhas, roubaram suas mulheres e quando o índio reagia era cruelmente castigado para que com isso ele se rendesse ou fugisse dali. Como trata Luiz B. Torres:

A partir daí os Xucurus e kariris [sic] começaram a sentir o peso das convenções dos brancos e a respeitar as leis emanadas, caso não quisessem sofrer castigos severos. Se oferecessem resistência seriam dizimados completamente, se concordassem, desapareceriam lentamente por assimilação prejudicial à raça, cruel dilema. (TORRES, 1984: p 30)

As Missões Indígenas foram instituídas pela igreja católica para evangelizar o índio e torná-lo um cristão convertido e moldado aos padrões do homem europeu. Sua ação tomou lugar a partir da criação de aldeamentos administrados pelos jesuítas. No entanto, tal empreitada não obteve êxito por muito tempo, a missão não conseguiu cumprir o que pregava e, não raro, aproveitava da boa relação com os índios para manipulá-los em benefício próprio e apropriar-se das suas riquezas; por

---

<sup>4</sup> SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no agreste alagoano**. Maceió: EDUFAL 2013. p. 18

conta disso, no ano de 1872 a missão foi desativada por ordem do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas que declarou extintos os aldeamentos no estado de Alagoas.

Por volta de 1798, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Amparo, que naquela época pertencia ao município de Anadia. Em 1835, o povoado foi elevado à categoria de vila e desvinculou-se de Anadia, mas em 1846 voltou à condição de distrito por conta de conflitos políticos entre famílias locais importantes, o que fez o lugar estagnar economicamente. Apenas sete anos depois é que Palmeira retornou à categoria de vila, recuperando seu desenvolvimento e sendo elevada à condição de cidade em 20 de agosto de 1889.

Ainda na metade do século XIV<sup>5</sup> o agreste alagoano foi palco de um processo político onde os índios tiveram que criar estratégias de sobrevivência. Entre as diversas etnias que testemunharam esse processo, destacaram-se os Xucuru-Kariri, do município de Palmeira dos Índios, que fugindo da imposição e da exploração dos colonizadores se camuflaram entre a sociedade palmeirense e viveram um período de silêncio e negação étnica. Graças ao anonimato, sem sofrer perseguições, silenciosamente aguardaram o momento oportuno de ressurgirem, situação análoga aos demais grupos indígenas de Alagoas e do nordeste. No entanto essa estratégia gerou consequências irreversíveis principalmente à sua cultura, a não oficialização dos grupos indígenas na região e conseqüentemente a conquista de seus territórios tradicionais.

Obviamente, essas etnias não são exatamente as mesmas que, nos períodos colonial e imperial, foram transferidas, misturadas e esmaecidas, e nem têm os mesmos nomes, mas mantiveram aspirações que a memória não apagou. (MELATTI, 2007, p.42)

Por conta desse processo tenso e opressor, os índios de Alagoas ficaram muito dispersos e os Xucuru-Kariri não foram exceção. Com o surgimento do Serviço de Proteção do Índio - SPI em Palmeira dos Índios, no século XX, mas precisamente em 1952, através da Compra da Fazenda Canto, a história do povo indígena no município viveu um marco, o momento de ressurgimento e possível reorganização. Os índios adquiriram a primeira propriedade para usufruto perpétuo, a Fazenda

---

<sup>5</sup> Nesse período os aldeamentos foram extintos, em Alagoas tal ação aconteceu via decreto provincial em 1872, assim era como se não mais existisse índios na região, e quem se declarasse índio corria risco de morrer.

Canto, antes pertencente ao então prefeito do município de Palmeira dos Índios Manoel Sampaio Luz, mais conhecido como Juca Sampaio, por Cr\$ 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros), no entanto a terra não estava em boas condições e não valia o valor pelo qual foi comprado, como cita Douglas Carrara em seu relatório:

As novas terras adquiridas para os índios estavam, entretanto em péssimo estado e que, segundo o próprio inspetor, teria sido um excelente negócio para o vendedor, Sr. Juca Sampaio, já que as terras estavam estragadas pelos sucessivos plantios, sem o necessário descanso, e que, além disso, não possuía "nenhum capão de mato onde se pudesse cortar uma varinha", faltando, portanto lenha para o consumo futuro dos índios. As construções existentes já estavam semidestruídas, em péssimo estado de conservação, já que, segundo o capataz da fazenda, as benfeitorias tinham sido construídas há 26 anos. Segundo o referido inspetor, a fazenda teria sido colocada à venda anteriormente por Cr\$ 372.000,00, e que a teria vendido por esse preço, portanto bastante inferior ao que foi realmente pago com recursos do Patrimônio Indígena. (CARRARA, 2011: Relatório Preliminar Circunstanciado de Identificação e Delimitação da Terra Indígena Xucuru-Kariri).

Há, também, outro fator que não favoreceu ao povo indígena que pretendia lá viver, pois os Cr\$ 500.000,00 pagos pela fazenda correspondiam a 372 ha, mas quando lhes foi entregue a terra, registrada, a área reduziu para 276 há. Este equívoco ou ato de má fé não foi revertido até aos dias atuais. Com isso, o sonho da aldeia se concretizou, mas teve suas proporções reduzidas e se formou com um problema agravado, a insuficiência de espaço para o atendimento das necessidades básicas do grupo. Ora se já era insuficiente abrigá-los com a quantidade de terras anteriormente acordada, imaginemos com 100 ha a menos?

Viver na Aldeia Fazenda Canto não serviu para solucionar, nem tão pouco para saldar a dívida histórica com os índios, mas lhes possibilitou o direito de voltar a viver juntos, a possibilidade de resgatar sua cultura e a liberdade de assumirem-se como índios. Essa vida no aldeamento é marcada por um novo desafio o da reafirmação étnica, o que faz a Aldeia Fazenda Canto destacar-se como pioneira na luta pelas retomadas de suas áreas e ser considerada o berço da cultura indígena no município. Esse processo de visibilidade da aldeia fortaleceu também o papel do líder, destacando a figura do Sr: Alfredo Celestino, pertencente a uma das mais tradicionais famílias Xucuru-kariri.

A vida na aldeia recria um sentimento de liberdade e de pertença cultural e isto, de certa forma, contraria o desejo do SPI que tinha como política primordial

controlar e limitar os possíveis avanços dos movimentos indígenas na região. A partir de então, a história local vai registrar, mesmo que timidamente, uma emergência étnica que muda o panorama do município.

Palmeira dos Índios é a terceira maior cidade do estado, está situada a cerca de 134 km da capital, Maceió. Localiza-se no agreste alagoano, faz divisa com o estado de Pernambuco. O município conta com aproximadamente 70.434 habitantes (IBGE/2010) entre os quais, convém destacar uma parcela considerável de índios Xucuru-Kariri aldeados em oito aldeias na Fazenda Canto, Mata da Cafurna, Serra do Amaro, Boqueirão, Coité, Cafurna de Baixo, Serra do Capela e Riacho Fundo, além da não reconhecida Xucuru-Palmeira na Fazenda Vista Alegre.

## **1.2 A Mata da Cafurna: sua história e seu povo**

A compra da Fazenda Canto não resolveu os problemas dos Xucuru-Kariri, pois a área da propriedade não atendia às necessidades da comunidade. A limitada extensão territorial, o crescimento populacional e o surgimento de conflitos internos fizeram com que surgisse e se solidificasse a urgência em conseguir mais terras. Dessa forma, os Xucuru-Kariri se mobilizaram para retomar e pedir a demarcação de mais áreas na região.

Parte da etnia Xucuru-Kariri vive na Mata da Cafurna desde 1979. O território que compõe a Aldeia era um conjunto de terras pertencentes a três diferentes posseiros, Leopoldo Torres, Everaldo Garrote e Pedro Benoni, o que dificultava a retomada daquele lugar até que veio a público a notícia de negociações para implantação de uma Universidade Japonesa naquela área. Tal notícia preocupou os índios que solicitaram da Prefeitura Municipal de Palmeira a doação desse território. Com a alegação de que necessitavam das terras para viverem com um pouco mais de conforto e autonomia pela possibilidade de assegurar a subsistência do grupo, o pedido ainda ganhou reforço na justificativa da importância ritualística, uma vez que a mata ali existente se configura como local ideal para a prática religiosa do ouricuri, momento sagrado de ligação do índio com suas divindades. Assim, um grupo de Xucuru-kariri estabeleceu-se na Mata enquanto aguardava o desenrolar das negociações com a prefeitura.

Esta primeira retomada foi pacífica, praticamente não houve luta, apesar dos índios terem se preparado para isso e até terem se articulado com povos de outras

etnias e estados (Sergipe e Pernambuco) a prefeitura municipal de Palmeira dos Índios “doou” as terras para os índios numa quantidade inicial de 117,6 ha e recebeu em troca Cr\$ 3.000,000,00 (Três mil cruzeiros) para depois ressarcir aos índios com atendimentos médicos, o que não ocorreu, pois a prefeitura não transformou estes recursos em ações médicas para a aldeia, situação até hoje não esclarecida, nem resolvida. O decorrer do processo de retomada à posse se deu de forma muito lenta e dificultosa, durou cerca de 9 anos.

Cerca de um ano após a formação da primeira parte da Aldeia, os indígenas reuniram-se para lutar por mais terras, luta esta que se prolongou por mais de três anos em trâmites judiciais até que lhes foi negada a ampliação da área, então a eles restou à opção de pressionar o poder público através de retomadas. A princípio, era uma extensão de 136 ha, seguida por outra com 22 ha, ambas localizadas no entorno da Mata da Cafurna.

Finalmente, em meados de 1988 esse processo foi resolvido e a Mata da Cafurna foi então retomada. Atualmente abrange 275,6 ha e comporta cerca de 120 famílias, com média de aproximadamente 700 pessoas, eles têm como renda familiar o trabalho agrícola, a venda de seus artesanatos, além de benefícios da Previdência Social e a ajuda do órgão federal que lhe dá assistência, como a FUNAI, que pouco influencia nesta renda. Há também índios que são funcionários públicos e outros que desempenham variadas funções como mão de obra no comércio, agricultura, pecuária e prestação de serviços na cidade. O aldeamento é composto por uma escola estadual indígena, um posto de saúde/farmácia, uma biblioteca, uma lagoa, uma barragem, várias casas e as roças.

A população indígena foi estimada em 1.337<sup>6</sup> habitantes, segundo o IBGE/2006, (Portaria FUNAI nº 1.121/PRES de 23 de agosto de 2006) o que se configura como um grande contingente de pessoas que atribui a identidade indígena no município, sendo considerada a quarta cidade que mais concentra população indígena em Alagoas, além dos índios que vivem nas periferias da cidade, pois as aldeias não comportam esse contingente, atualmente eles ocupam uma área de mais

---

<sup>6</sup> Quantitativo que já deve ter triplicado nos últimos anos, devido a quantidade de pessoas que vem se afirmando e sendo reconhecidos como índios. Trata-se daqueles que viviam na periferia da cidade e que negavam a identidade ainda com medo de represálias (comuns à época da ditadura militar).

ou menos 1.720.04 ha, onde no princípio, por meio da doação de Dona Maria tinham direito a uma área de meia légua em quadra, que corresponderia a 3.000 braças ou 12.320,00 hectáres, mas eles abriram mão dessa quantidade na intenção de não comprometer o crescimento e/ou desenvolvimento do município e com isso a extensão territorial foi se tornando cada vez menor, e mesmo assim o que já foi determinado pela Justiça federal não teve andamento.

Abaixo, um quadro com a elucidação do processo demarcatório das terras indígenas do Povo Xucuru-Kariri:

<b>Propostas oficiais de demarcação</b>	<b>Laudos Antropológicos da FUNAI</b>	<b>Ano</b>	<b>Antropólogo Responsável</b>	<b>Diminuição do território XK</b>
1ª	36.000 ha	1990	Sílvia Aguiar Carneiros	<b>28,967 ha</b>
2ª	15.000ha	2002	Douglas Carrara	
3ª	7.073 ha	2008	Siglia Zambrotti	

Existe, em andamento, um processo de demarcação territorial aguardando homologação e execução favorável aos índios, uma vez que os estudos antropológicos necessários para dar andamento as demarcações físicas já foram finalizados com a entrega do laudo emitido pela Antropóloga Siglia Zambrotti Doria. O território em questão tem um total de 6.927 ha, que se somados ao território já retomado pelo povo Xucuru-Kariri corresponderá aos 7.033 ha, como indicou o laudo soliticidade pela FUNAI.

Apesar dos relatórios e de alguns poucos avanços judiciais nem a FUNAI, nem a União avançou com as demarcações e responde judicialmente por isso, como determinou o Juiz <sup>7</sup>Antônio José de Carvalho Araújo, que concedeu liminar a pedido do Ministério Público Federal, em Ação Civil Pública, determinando à União Federal e à FUNAI a conclusão imediata da demarcação física da Terra Indígena Xucuru-Kariri, nos termos da Portaria do Ministro da Justiça nº 4.033, de 15/12/2010 e em caso de eventual descumprimento da obrigação de fazer, foi fixada multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) para o descumprimento dos prazos acima, valor a ser

<sup>7</sup> Matéria disponível no site: [www.tjal.al.gov.br](http://www.tjal.al.gov.br) no dia 18/10/2013 tratando da liminar determinada pelo Juiz Federal da 8ª Vara Federal de Arapiraca a FUNAI e a União.

revertido em favor do grupo indígena Xucuru-Kariri. No entanto o processo permanece em estado de estagnação e nada até então foi cumprido.

Diante dessa situação os Xucuru-Kariri estão se mobilizando na intenção de pressionar os órgãos competentes para que se dê continuidade ao processo de demarcação, organizando, inclusive, campanhas que desmitifiquem boatos criados por aqueles que serão diretamente afetados quando a demarcação ocorrer, relatando a real situação do povo indígena Xucuru-Kariri no município, e de forma interna criando estratégias para defender-se das inúmeras situações de risco que se sujeitam os envolvidos nesta causa, como por exemplo, a Campanha do Povo Xucuru-Kariri nomeada “Xucuru-kariri: Vida, Luta e Resistência de um Povo” que tem como objetivo publicizar à sociedade local como andam os procedimentos de regularização dos territórios indígenas e, do mesmo modo, justificando suas reivindicações. Apesar do aparato legal que ampara os dois lados no litígio, parte da população não índia é estimulada pelos posseiros a não aceitar que de fato aconteça a homologação das terras e a não conviver bem com a população indígena, hoje oficialmente reconhecida como primeiros habitantes do território onde se localiza o município.

Com a colonização brasileira ocorreram muitas mudanças e trocas culturais entre os indígenas os colonizadores e estas trocas continuam acontecendo na contemporaneidade. As mudanças culturais foram se acentuando ao longo dos anos, à medida em que se acentuaram também as fusões raciais entre índios, brancos e negros, sendo impossível conservar características físicas de um só elemento ou etnia. Apesar da fusão, mestiçagem ou troca cultural, alguns municípios, como Palmeira dos Índios, por exemplo, tem registrado ao longo da sua história um perverso estigma de negação e até mesmo de exclusão do seu povo formador. Apesar do nome e da efetiva presença dos índios no cotidiano da região, é comum registrar discursos e/ou atitudes que tentam invisibilizar tal presença. É perceptível que existe uma negação por parte da sociedade em não aceitar que seu município é também habitado por índios Xucuru-Kariri e como justificativa para esta negação argumentam que “índio não trabalha, é preguiçoso” não os reconhecendo enquanto etnia, falando de seus traços físicos, uma vez que nem todos indígenas têm o olho puxado, cabelo liso e pele morena, ignorando todo o processo violento que aconteceu por parte principalmente dos portugueses que teve como resultado a mestiçagem e a mudança de hábitos e costumes.

Como cita Vaz Filho quando refere-se a características físicas dos indígenas:

O senso comum da população e a política indigenista oficial continuaram fortemente impregnados pela visão do índio como “primitivo”, morador da selva e “natural”. Essa visão serve de alguma forma como um argumento em defesa das sociedades indígenas, mas alimentam suspeitas sobre a “autenticidade” ou a “pureza” das culturas que se afastam dessa “primitividade”. Para os povos indígenas já distantes daquele padrão do índio “selvagem” não tem sido fácil impor sua indianidade à sociedade e ao Estado brasileiro, apesar de contarem com o apoio político de entidades indigenistas de grande credibilidade e peso na sociedade, como é o caso do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) da Igreja Católica, de antropólogos e suas universidades e dos Procuradores da República do MPF, entre outros. (VAZ FILHO, 2006, p 05).

Essa mudança foi um fator imposto e não opcional, pois antes os índios viviam isolados ou com pouco contato social com o não índio. A mudança nesse padrão resultou em uma nova cultura forjada através de um processo de constante transformação, o que resultou, inevitavelmente, em um novo elemento que mesmo buscando conservar suas formas próprias de organização, essas formas, por si só não são suficientes para o resgate ou para a manutenção de identidade específica, nem para provocar uma interação social entre eles e a população envolvente que habita o mesmo município, onde ambos deveriam viver de acordo com sua cultura respeitando o direito um do outro como determina o artigo 231 da Constituição da Republica Federativa do Brasil de 1988 quando trata dos direitos direcionados ao povo indígena, e preconiza que:

São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

§ 1º - São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter permanente, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições. (Artigo 231 da Constituição da Republica Federativa do Brasil).

No entanto nos deparamos com atitudes exatamente contrárias ao que determina a Constituição, são políticas públicas existentes, as tradições desrespeitadas e o povo indígena sendo marginalizado por inúmeros segmentos da sociedade.

## II CAPÍTULO

### O COTIDIANO DOS ALDEADOS DA MATA DA CAFURNA

Entre o final do século XIX e o início do século XX surge o interesse científico de estudar a origem das diversas sociedades, desde seu cotidiano a seus costumes, a essa ciência deu-se o nome de Antropologia social/cultural, que conseqüentemente desenvolveu a etnografia e a etnologia, a primeira sendo os primeiros passos para desenvolver a pesquisa que vem a ser, estudar os grupos sociais, enquanto que a segunda teria um nível maior, de mais profundidade e conclusões mais fundamentadas no que se referissem a essas relações sócio-culturais, como comportamentos, saberes e práticas dessas sociedades, como aborda Claude Lévi Strauss<sup>8</sup>: “ambas não constituem disciplinas diferentes da antropologia, apenas concepções ou níveis diferentes do mesmo tipo de estudo e, por isso, não deveriam nunca estar dissociadas”.

Estes estudos contribuíram para o povo indígena, pois permitiram perceber e acompanhar a evolução histórica desses povos nos mais diversos aspectos da vida cultural, econômica, religiosa ou educacional, além de também se configurarem como recursos imprescindíveis para a aproximação e conhecimento da realidade e do cotidiano de povos e espaços imaginados com exóticos, tratados com indiferença ou com preconceito e negados enquanto possuidores de direitos. Como cita Lori Altman<sup>9</sup>:

Os povos indígenas não precisam de misericórdia, mas de justiça. Não precisam de esmola, mas de devolução com juros de tudo aquilo que lhes foi roubado. Esta justiça histórica apresenta-se como uma exigência para o restabelecimento de sua dignidade. Dentro do estado brasileiro atual os povos indígenas permanecem dependentes e explorados, enquanto suas culturas e cosmovisões encontram-se ameaçadas.

À medida que o índio foi se tornando objeto de pesquisa, notadamente pela antropologia, ampliou-se o campo de estudos e a ideia de história local e memória. No nordeste, estudiosos como Clóvis Antunes, que se tornou referência no trabalho sobre povos indígenas, especificamente os Xucuru-Kariri, por volta de 1965, realizou

---

<sup>8</sup> Em seu livro *As Estruturas Elementares de Parentesco* em 1908, pg: 273.

<sup>9</sup> Dr<sup>a</sup> em Teologia, que fez um estudo aprofundado sobre a Diversidade Religiosa na Perspectiva Indígena.

pesquisa de campo em aldeias tradicionais com o fim de compreender e descrever seus modos de vida e seus direitos às terras tradicionais ampliou o foco para as questões comportamentais, sociais, políticas, econômicas, e religiosas desses povos, possibilitando que outras pessoas, em épocas posteriores viessem a ampliar a discussão e a contribuição literária pela temática.

Muitos de nós aprendemos a pensar o índio como um ser primitivo vivendo em ocas cobertas de palha, com os corpos nus, adornados com penas, palhas ou sementes ou simplesmente pintados. Certamente alguns deles podem ter vivido assim, no entanto a realidade mostra-se totalmente diferente, desmitificando este estereótipo, e deixando claro que cada etnia tem suas especificidades, o que justifica suas lutas para ter direito ao tratamento diferenciado de maneira que seja possível garantir sua existência, assim como os demais grupos sociais, como cita o morador da aldeia:

[...] o preconceito não vem de agora, ele é passado de geração em geração. O não índio, ele vê o índio como um ser inútil, que é inútil, que não tem que evoluir pra canto nenhum, ele tem que ser aquele mesmo índio de muitos tempos atrás, ele não pode preservar mais a sua cultura e ao mesmo tempo querer conviver com as tecnologias, por exemplo.

Durante as idas a aldeia é comum entre o povo Xucuru-Kariri relatos semelhantes a este acima, uma vez que parte da sociedade principalmente palmeirense, não economiza em atos preconceituosos contra ao povo indígena.

A aldeia indígena Mata da Cafurna é uma aldeia simples, com extensão territorial limitada, que diariamente lida com problemas de diversas ordens, onde seus moradores persistem cotidianamente para preservar sua cultura e moradia, mas que também foram capazes de resistir a todo o processo de violência, podendo hoje se autoafirmar como índios, a todo e qualquer momento.

Os primeiros habitantes da aldeia foram às famílias Gomes que já tinham migrado das proximidades onde atualmente localiza-se o Cristo do Goiti, os Santana e também os Celestino que migraram da Fazenda Canto. A localidade, quando da retomada, não possuía estrutura residencial nem havia energia elétrica. Mesmo sem o mínimo de estrutura eles persistiram, tendo como abrigo algumas barracas de lona e a sombra de uma jaqueira, árvore até hoje preservada no pátio da escola da aldeia como símbolo de sua resistência. Além do desconforto, conviveram com o medo de não ver o dia seguinte, uma vez que essas retomadas foram em sua maioria

contrárias às vontades de seus posseiros, o que gerou uma situação tensa para ambos os lados, como cita o Morador 1:

Esse período da formação da aldeia é mantido vivo nas lembranças e nos relatos daqueles que viveram esse fato histórico, como fica claro no relato do Morador 1:

[...] eu lembro como se fosse um sonho, lembro que eles se reuniam como a gente se reúne hoje e decidiram vamos retomar aquela mata, eu sei e lembro que a minha mãe, meu pai, a mãe dela vinha, meus avós e a gente também vinha, mas eles tinham aquele cuidado com a gente, e a gente ficava, eles faziam assim tipo umas ocas, uma baixada, tipo umas mangueiras e eles ficavam de vigias, eu sei que foi um grande processo, mas eu não posso contar com muitos detalhes, quem pode contar é os meus mais velhos, mais eu lembro que foi muita luta, mas graças a Deus nós conseguimos; [...] e aí quando foi em 82 mais ou menos um grupo, uma parte da Fazenda Canto, duas famílias, que era os Celestino e Santana, viemos, chegando lá, já se encontrava índios já habitando o lugar, que eram os da família Gomes, que moravam perto do Cristo e estavam habitando lá, que era o finado Arlindo e Minervina e então um índio que era o Seu Zezinho.

Relatos como esse nos permite compreender o quanto foi desafiador para o povo indígena Xucuru-Kariri retomar um território que tradicionalmente lhes pertencia e que lhes foi tomado, obrigando-os, com isso, a viver na invisibilidade até se considerarem fortalecidos o suficiente para iniciar a viagem de volta em busca da afirmação étnica e da retomada territorial.

A aldeia se constitui de uma área privilegiada cercada por um verde incomparável, presente em toda sua extensão territorial, por onde se passa é possível ouvir o som das águas nos córregos, dos pássaros, sendo atualmente o único espaço de mata atlântica preservado no estado de Alagoas, além de ser cortada por rios e nascentes que aumentam sua condição paradisíaca como pode ser observado na imagem a seguir:



Está presente também na aldeia a produção agrícola, através de roças e hortas. Iniciativas como esta, tanto contribui para a subsistência das famílias, quanto para expandir o verde exuberante existente em toda aldeia.

## **2.1 As estruturas físicas da aldeia**

### **2.1.1 A escola**

A Escola Estadual Indígena Mata da Cafurna funciona nos horários matutino e vespertino, atendendo a alunos do 1º ao 5º ano do ensino fundamental, os professores são indígenas contratados pelo estado. Em sua matriz curricular, além das disciplinas obrigatórias é acrescentada a educação escolar indígena, onde professores e anciãos relatam histórias de lutas e desenvolvem oficinas que preparam as crianças a crescerem conhecendo, admirando e principalmente vivenciando sua cultura.

A escola atende uma média de 136 alunos e conta com quadro de 06 professores, 04 funcionários, além de atender as comunidades circunvizinhas. A estrutura da escola é muito boa, possui 02 salas de aula, 03 banheiros, 01 sala de informática, 01 diretoria, 01 cozinha, 01 almoxarifado, 01 biblioteca e 01 pátio espaçoso, tem atualmente como diretora a Professora Tânia Santana e uma

coordenadora pedagógica. No turno noturno acontecem às atividades do programa Mais Educação, de iniciativa do governo federal, e a Educação de Jovens e Adultos, EJA, em seu primeiro módulo.

### **2.1.2 Roças e Cercado para pasto**

Existe uma prática que se tornou comum nas aldeias que é a autodemarcação das terras, pois o processo burocrático na maioria das vezes acontece de forma muito lenta, situação que impede que seus moradores se organizem e comecem a produzir nas terras já oficializadas, por conta disso os índios se reúnem e autodemarcam suas terras, deixando definido qual será a área individual pertencente a cada família, embora que no universo do povo Xucuru-Kariri pouco é construído individualmente, tanto que em períodos de colheita caso uma ou outra família tenha trabalhado, mas tenha perdido sua safra os demais aldeados se organizam para amparar o parente que não teve sucesso com sua produção. Há também uma área coletiva para a criação de gado, os animais são criados por todos que compõem a aldeia e são utilizados para eventos maiores, ou para servir como bem coletivo, caso haja alguma necessidade.

Devido ao clima frio da serra, a produção agrícola é um pouco diferenciada em relação ao que tradicionalmente é cultivado no nordeste. Milho e feijão, por exemplo, não são cultivados porque não resistem ao frio das cercanias da mata, em contrapartida há uma produção de bananas em larga escala para o consumo interno e para o abastecimento do comércio local, o que também acontece com a produção de legumes e verduras, batata doce e mandioca.

As terras férteis, a água cristalina e o clima da serra fazem com que a vida na aldeia seja uma atividade pacata e saudável, bem distante do que se observa nas cidades.

### **2.1.3 Farmácia/Posto de Saúde**

A farmácia existente na aldeia faz parte de um Posto de Saúde da Família - PSF, mantido pelo município, a partir de recursos federais do Ministério da Saúde, tem como objetivo prestar atendimento às famílias indígenas que formam a aldeia.

O posto de saúde é composto por um auxiliar de enfermagem, um enfermeiro, um agente administrativo, um dentista, um auxiliar de dentista e um médico, mas não há uma continuidade no atendimento. O posto fica fechado a maior parte do tempo. Na farmácia do posto são entregues medicamentos para doenças como o diabetes, além de pílulas anticoncepcionais, analgésicos e antitêrmicos.

Um elemento importantíssimo na aldeia é a prática fitoterápica que é passada de geração em geração. Essa sabedoria tradicional, dominada pelos pajés, pelos sábios e benzedeiros tem sido sustentáculo da cultura indígena que consegue curar várias doenças que acometem cotidianamente aquela comunidade. Essa sabedoria é responsável pela manutenção de elo muito forte entre o povo e a natureza, de modo que plantas medicinais são cultivadas na mata e nos jardins das casas da aldeia.

Outro aspecto a ser considerado é que com a prática fitoterápica, o consumo de medicamentos industrializados não é tão alto, de modo que a falta de medicamentos no posto, não chega a afligir os mais fortes na cultura nativa.

#### **2.1.4 Lagoa dos Pagãos e Barragem**

A lagoa dos pagãos é um dos espaços sagrados, localizada na entrada da aldeia, foi um dos últimos espaços a serem retomados para a formação do que hoje é o aldeamento. Atualmente encontra-se desativada, pois seu paredão rompeu-se há alguns anos e não foi feita a reparação necessária devido ao alto custo de tal obra, apesar do recurso ter sido liberado para que o Departamento Nacional de Obras Contra a Seca – DENOCS – executasse o serviço. Não tem documentos na aldeia que comprovem o destino do recurso ou o motivo para a não realização da obra. No próprio DENOCS não encontramos informação sobre a questão. É mais um dos silêncios que caracterizam as ações públicas destinadas aos índios.

A aldeia conta com uma barragem que a partir dos anos de 1940 abastecia a cidade de Palmeira dos Índios até o final dos anos de 1960 quando essa função foi substituída pela Companhia Alagoana de Saneamento e Abastecimento - CASAL, a barragem possui 1000 metros de comprimento e 50 metros de largura, e possui em média 13 metros em seu ponto de maior profundidade, ao seu redor a presença de árvores contribui para deixar o espaço ainda mais bonito e ecologicamente sustentável.

Apesar do grande volume de água, esta barragem não produz peixes. Segundo os índios, “a água recebe pouca luz, é muito escura e os peixes não crescem... Adoecem e morrem”. Mas, em seu entorno cresce uma vegetação de junco que é usado para produção artesanal de cestos e esteiras, além de irrigar as plantações ao redor. A presença da barragem é dadivosa para a aldeia e ameaçadora para a cidade que se localiza a alguns quilômetros abaixo e que, se houver rompimento do paredão, poderá ter uma parte de suas casas destruídas.

A imagem a seguir traduz um pouco da beleza da barragem situada no coração da Mata da Cafurna.



A barragem de uma beleza ímpar, vital para a aldeia é ao mesmo tempo uma ameaça para Palmeira dos Índios, pois seu paredão apresenta as marcas de mais de 50 anos sem manutenção ou reparos e há uma ameaça de rompimento a cada inverno. Já houve momentos, em 2009 foi o último, em que a barragem foi esvaziada, numa ação conjunta da Prefeitura e Defesa Civil, mas não foram feitos os reparos necessários e prometidos.

### 2.1.5 Terreiro do Ouricuri

Desde a chegada dos portugueses e, mas tarde com a chegada dos Jesuítas, pouca atenção se deu a cultura dos povos indígenas. Foi desrespeitado e depois perseguido qualquer tipo de crença que pudesse existir. Com o passar do tempo os Jesuítas notaram que aqueles nativos conservavam seus valores e tinham sua própria fé, porém eles argumentaram dizendo que era uma crença muito confusa e cheia de erros, por isso a intenção de catequizá-los. Muitos estudiosos falam que os índios se mostravam inconstantes, ora pareciam render-se ao Cristianismo, ora buscavam alternativas para rejeitá-lo.

Junto com a catequização veio à proibição da maior parte dos rituais indígenas e a proibição da língua por eles falada, somente sendo permitida a língua dos homens brancos; houve tolerância para a ingestão de ervas e para os torés, executados durante a missa. Por parte dos índios houve o culto aos santos em especial a Virgem Maria, algumas comunidades se envolveram fortemente e converteram-se a fé católica, porém alguns índios jamais se converteram totalmente, uns até fingiram aderir ao Cristianismo e permaneceram praticando seus ritos religiosos tão tradicionais e cultuando seus Deuses sigilosamente.

Com os Xucuru-Kariri a situação não foi diferente mesmo na invisibilidade, com muitos índios vivendo nos subúrbios da cidade, permaneciam realizando seus rituais, em alguns momentos tiveram que usar caixas de fósforo para substituir o maracá e evitar que o seu som atraísse o opressor. Fizeram tudo o que foi possível para não se distanciarem bruscamente de sua cultura e sua religiosidade, mas alguns elementos, como o linguístico, não puderam ser preservados.

Os eventos do ritual denominado de Ouricuri são privados e restritos ao povo Xucuru-Kariri, nele os participantes buscam o fortalecimento e a iluminação para as ações e decisões da vida cotidiana. É um momento de contato com as suas divindades encantadas que lhes possibilitam cura e purificação física e espiritual.

O espaço onde é o terreiro do Ouricuri e que acontece o ritual mais importante para os povos indígenas, localiza-se estrategicamente na mata preservada da aldeia, local restrito, liberado apenas para os índios que seguem a risca os critérios por eles mesmos definidos, sendo proibido inclusive para os não índios, mesmo que sejam casados com índios ou índias.

### 2.1.6 Outras formas de subsistência

Além das roças, os índios pescam, produzem artesanatos como cestos de cipó, esteiras, arcos, flautas, colares, flechas, maracás, xanducas, cocás, pulseiras, cestos entre outros adornos que são comercializados dentro e fora da aldeia e respondem por boa parte da renda familiar.

O artesanato, além de variado é exuberante em cores e formas, consiste em uma atividade que envolve pessoas de várias idades. Como elemento identitário, a arte de transformar penas, madeira e sementes em adornos perpassa pela necessidade de transmissão de valores e saberes ao longo das gerações. Garante, além da renda, uma marca que os define enquanto povo e cultura específica. As fotos a seguir apresentam um pouco dessa arte.



Além do artesanato, criam animais como porco, cabra, galinha e comercializam o excedente destes produtos nas feiras livres do município, como citam em uma carta de repúdio<sup>10</sup> exposta à sociedade local, onde os índios exemplificam o quanto

<sup>10</sup> Carta de repúdio dos Xucuru-Kariri ao desrespeito que vem acontecendo com seu povo em 13 de agosto de 2013.

sua permanência no município de Palmeira é importante e necessária para a economia:

Produzimos mais de 70% da banana que é vendida na feira livre de Palmeira dos Índios: macaxeira, batata, frutas, hortaliças, além da produção e conservação das sementes crioulas. Criamos pequenos animais, como aves, cabras e suínos. Fornecemos alimentos agro ecológicos para o programa do governo federal PAA - Programa de Aquisição de Alimentos, com Doação Simultânea, além do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Além de alternativas, como benefícios da Previdência Social e ajuda do órgão responsável por sua tutela, a FUNAI, há também índios que são funcionários públicos, pedreiros, pintores, mototaxistas, taxistas e funcionários de estabelecimentos comerciais privados, dentre outras funções, uma vez que a aldeia não disponibiliza estrutura fundiária suficiente para todos os seus moradores. Os que trabalham na cidade sofrem com a tentativa inconsistente de descaracterizar a comunidade indígena em questão, argumentando que, uma vez que determinado indivíduo se identifique como índio e desenvolva uma atividade empregatícia fora da aldeia, automaticamente perde a condição de ser índio. Pensamento como este se materializou no discurso do fazendeiro e advogado Ricardo Vitória <sup>11</sup> em audiência no senado federal, em 2013, quando juntamente com o prefeito e com um deputado conseguiram audiência com os senadores para solicitar o fim do processo de demarcação das terras indígenas de Palmeira dos Índios. Na sua fala, o advogado que também é posseiro de terras indígenas, demonstrou publicamente que desconhece a história da causa que defende, ao afirmar que:

Palmeira dos Índios tem uma história bonita, de brancos, de pretos, de índios que chegaram bem depois dos brancos foram trazidos por um Frei que fundou uma capela em 1700 e a partir daí trouxeram os índios de Pesqueira – PE e esses índios passaram a fazer parte da comunidade de Palmeira dos Índios. [...] os índios lá nossos trabalham em farmácia, supermercados, são moto taxistas, são taxistas, são professores, os índios vivem dentro da comunidade, trabalhando como nós. Tem índio loiro, tem índio dos olhos azuis, tem índio do cabelo pixauim.

Manter uma argumentação que nem sequer obedece a uma ordem cronológica e muito menos lógica é de fato muito complicado, pois qual interesse

---

<sup>11</sup> Áudio extraído e transcrito da entrevista do Sr: Ricardo Vitória a TV Senado no dia 31/10/2013.

teria um frei em vir à determinada localidade construir uma capela e em seguida ir a outro Estado buscar índios para converter ao Cristianismo? Não seria mais lógico construir a capela onde viviam os índios? É desconhecimento da história do município ou a tentativa de falsear a história para atender aos seus interesses?

No fim do discurso o advogado fala da diversidade de características físicas dos índios, como se a cor de pele ou a textura do cabelo definissem uma etnia em um país marcado pela fusão de raças e de povos ao longo de mais de 500 anos desde a chegada do colonizador europeu.

## **2.2 A importância da aldeia para seus moradores**

A aldeia é extremamente importante para todas as famílias que lá vivem, por se tratar de um espaço em harmonia com a natureza, que os possibilita realizar seus eventos religiosos deixando viva sua crença. Quem vive na aldeia diz não existir lugar melhor e mais agradável para morar, como afirma um Morador <sup>12</sup> da aldeia:

[...] A mata é o pulmão de Palmeira dos Índios, foi um lugar que nos permitiu conservar nossa cultura, nossa religião, por que pra nós é vivo ainda, entendeu? Por que tem assim a forma da gente, a forma que a gente não pode dizer que pra nós é considerado vivo, que tá presente no meio da gente, de nós indígenas, que se não fosse a aldeia a gente não podia fazer, viver só com a presença de nós índio.

A terra para o povo indígena tem um significado que se diferencia do significado dado pelo povo não índio; os índios atribuem um valor que transcende o valor financeiro e adentra no mundo dos sentimentos e da religião ao sentir emanar da terra uma força que se move, lhes fortalece e renova para as lutas e resistências necessárias para perpetuação das suas culturas e preservação da aldeia.

---

<sup>12</sup> Morador da aldeia Mata da Cafurna que optou por não ser identificado, como forma de preservar seu povo.



Em sua estrutura física a aldeia possui cerca de 40 residências. As fotografias na página anterior apresentam um breve panorama do espaço físico, destacando um grupo de moradores sentado em um tronco de árvore (em um acampamento provisório durante uma retomada territorial), um aspecto da organização das construções (assemelhando-se a estrutura das ruas ou vilas) e, na imagem maior que serve de fundo destaca-se a presença marcante das plantações e da mata no entorno da aldeia.

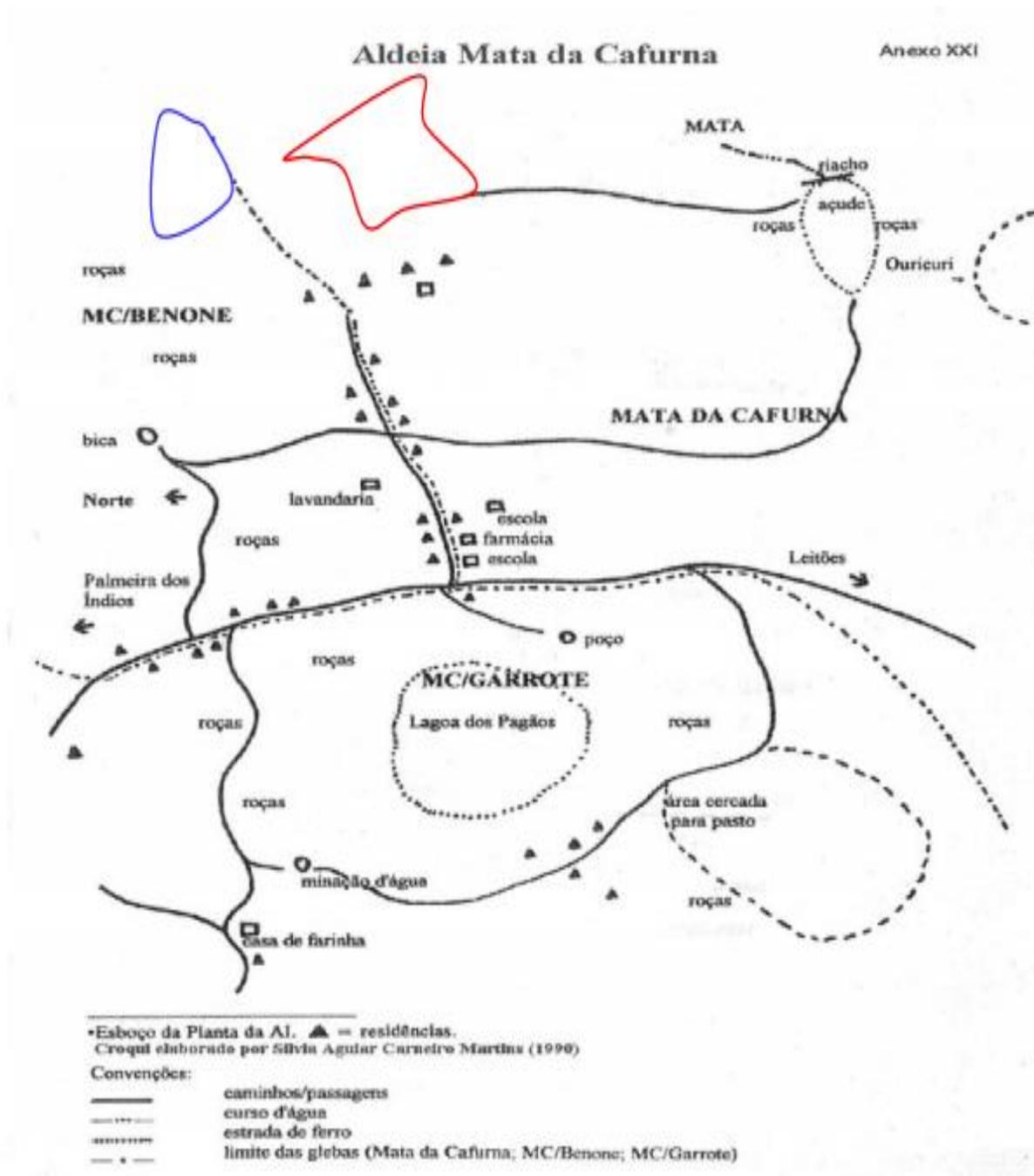
Existe autonomia para cada família definir a forma como organizar suas habitações, enquanto que os demais espaços, caso sejam coletivos são criados de acordo com a necessidade e condição fundiária da área, sendo antes acordada pelo coletivo, como aborda Júlio Cezar Melatti, “as habitações que constituem a aldeia tomam as formas mais diversas, segundo as sociedades que as constroem”. (MELATTI, 2007, pg: 120).

As casas pertencem às famílias e variam quanto a forma de ocupação, existindo famílias pequenas (compostas pelos pais e filhos) e famílias grandes (compostas por pais, filhos, genros, noras, netos). É o tamanho da família que define o tamanho da moradia, que, não raro, vai sendo ampliada para abrigar os novos membros que nascem ou se agregam.

Os espaços ocupados na aldeia são decididos comunitariamente, mas nem sempre o consenso é possível e surgem situações de conflito que podem resultar em diásporas ou desavenças. Tais situações, explicam a existência de divisões internas e a criação de novas aldeias.

Atualmente a aldeia convive com uma realidade preocupante, a população vem crescendo consideravelmente e o processo de demarcação territorial não tem avançado, de modo que já não tem terra suficiente para assegurar a produção necessária para alimentar a todos. Diante disso, não é raro a mudança de índios para a periferia da cidade.

O croqui apresentado a seguir ilustra essa situação. Observa-se que entre o seu desenho inicial, em 1990, e sua atualização em 2013 houve muito pouco crescimento territorial (assinalado em azul e vermelho).



Fonte: Croqui desenhado pela pesquisadora Sílvia Aguiar em 1990, sofrendo alterações pelo também pesquisador Adelson Lopes em 2013, quando atualizou o mapa conforme o aumento territorial da aldeia, sendo acrescentada uma área de 28 ha.

Há algumas informações ilustradas no croqui que atualmente não são mais existentes como é o caso da casa de farinha e a lavanderia. A casa de farinha está desativada por conta da queda na produção de mandioca, que hoje não é suficiente para manter seu funcionamento. A lavanderia às vezes ainda é utilizada, mas não

com a mesma frequência de antes, pois foram surgindo alternativas que diminuíram a exaustão deste trabalho manual.

A Aldeia Mata da Cafurna tem sua importância em diversos aspectos, seja ela espiritual, territorial, econômico, ambiental, cultural, imemorial, dentre tantos outros aspectos acima já citados, seus moradores além de lutarem cotidianamente para permanecerem em suas terras, têm também que lidar com inúmeras tentativas de boicotes, ameaças, simplesmente por habitarem na região onde os posseiros também querem estar, mas mesmo em meio a toda essa conjuntura é impressionante o sentimento de pertencimento de cada índio à aldeia e o quanto esse sentimento os impulsiona a lutar para permanecer neste território, conquistando o que ainda é necessário para que se possa viver com dignidade tendo suas necessidades específicas atendidas como determina a lei.

### **2.3 Organização Social e Política da aldeia**

A aldeia possui uma estrutura social própria dos indígenas, é representada pelo Cacique, eleito pela comunidade, que tem a responsabilidade da condução dos assuntos materiais, administrativos e sociais da comunidade. Atualmente esta função é assumida pelo Sr: Heleno Manuel.

O Pajé é que conduz os rituais sagrados na aldeia, pessoa que detém o conhecimento da cura, por meio da medicina tradicional e utilização das ervas medicinais e ritualísticas, no momento a aldeia está sem pajé, mas segundo alguns moradores, eles estão aguardando sinais dos encantados para definirem quem será o próximo a assumir essa função. Devido à vacância do cargo, o cacique fica responsável pelo comando do ritual religioso.

Existe também o Conselho Tribal, de Saúde, de Educação, compostos por membros das famílias da comunidade. Estes conselhos tem a função de ajudar o cacique e o pajé na tomada de decisões importantes para os vários setores da vida cotidiana da aldeia.

### III - CAPÍTULO

#### A (IN) VISIBILIDADE DOS ÍNDIOS XUCURU-KARIRI FRENTE À SOCIEDADE PALMEIRENSE.

A história Oral é um método de pesquisa que se faz presente em estudos históricos desde meados de 1950 na Europa e, a partir de 1970 no Brasil. São as fontes orais que possibilitam a compreensão do passado através de relatos dados por pessoas que testemunharam momentos relevantes na história.

A oralidade enquanto método que complementa o trabalho científico é também inovador, embora ainda não seja tido como totalmente seguro, uma vez que o entrevistado pode não fazer uso da verdade quando se manifestar, no entanto cabe ao entrevistador observar estes relatos e associá-los a documentos existentes a fim de analisá-los e a partir daí perceber se eles contribuem e condizem com os demais materiais selecionados para o objetivo, como destaca Alessandro Portelli<sup>13</sup>:

Fontes orais são aceitáveis, mas com uma credibilidade diferente. A importância do testemunho oral pode se situar não em sua aderência ao fato, mas de preferência em seu afastamento dele como imaginação, simbolismo e desejo de emergir. Por isso, não há “falsas” fontes orais. Uma vez que tenhamos chegado sua credibilidade factual.

Partindo do pressuposto de que os anos de silêncio em relação aos povos indígenas brasileiros dificultaram as pesquisas e as produções escritas sobre sua história, a oralidade e a memória se configuram como ferramentas imprescindíveis para preencher as lacunas existentes e dar voz aos silêncios. Assim, este capítulo apresenta alguns relatos obtidos em entrevistas com indígenas da Aldeia Mata da Cafurna e apresenta algumas imagens fotográficas que refutam a tentativa de clandestinidade imposta a esse povo em Palmeira dos Índios.

Discutir seria e profundamente sobre a questão indígena em Palmeira dos Índios é uma necessidade ainda não compreendida por grande parte da população e dos muitos gestores que já passaram pela administração deste município

---

<sup>13</sup> Em Ensaio intitulado: O que faz a história oral diferente APUD Sulla specificità dela storia oralle.

multicultural e multirracial que insiste em tratar o índio como figura folclórica, fantasiosa, lendária ou simplesmente como ícone do passado.

Apesar da invisibilidade e da clandestinidade imposta ao índio durante muito tempo, este se faz presente em diversos aspectos do nosso cotidiano desde a formação de Palmeira dos Índios, numa situação de contraste com o não índio e até mesmo antes disso como nativo do lugar. A presença dos Xucuru-Kariri é materializada através da produção agrícola que lhes assegura geração de renda, através de suas produções artesanais expostas nas feiras livres, nos centros comerciais ou em stands durante a realização de eventos, no investimento de suas comunidades no comércio local, na cultura folclorizada e exposta em vitrines do Museu Xucurus, nos nomes indígenas dados a alguns bairros da cidade, ou pelos elementos historiográficos como a lenda criada pelo escritor Luis B. Torres, que de forma romantizada dá vida aos índios Tilixi e Tixilia ou ainda, aparece nos símbolos de fundação do município como o brasão, a bandeira e o próprio nome da cidade que reafirma tal presença neste território, antes que o mesmo despontasse como vila, povoado e ou cidade.

A imagem a seguir, corrobora a ideia de presença e de pertencimento indígena em Palmeira dos Índios. O uso de toponímia indígena em fachadas de estabelecimentos comerciais, a imagem do casal de índios (descrito na lenda de fundação da cidade) que aparece no brasão estampado ao centro da bandeira e no rótulo da pipoca industrializada na zona rural de Palmeira dos Índios se constituem como elemento que por si só já coloca os Xucuru-Kariri em uma condição de protagonistas da história que tenta os ignorar.



Esse conjunto de imagens corroboram as argumentações já afirmadas por pesquisadores quanto à veracidade da presença indígena no município e o quanto essa presença está arraigada no modo de vida da população envolvente, embora muitos relutem e não concordem com essa realidade tão evidente na cidade, situação que se assemelha ao pensamento de <sup>14</sup>Julio Cezar Melatti quando afirma que:

Quando duas populações se defrontam, cada uma procura interpretar, julgar, os costumes e tradições da outra. Nem sempre tal interpretação ou julgamento se faz de boa fé. Desse modo, os civilizados brasileiros têm determinadas ideias a respeito dos índios e agem segundo essas idéias.

O contato do homem branco com os índios Xucuru-Kariri que resistiram ao sistema de exploração resultou em profundas mudanças, a aproximação com outras tradições implicou numa alteração de hábitos e crenças até então “puras” e, por conta disto atualmente é fácil perceber certa alteridade na cultura indígena, com mais ênfase no campo religioso que recebeu forte influência de outras religiões, por isto é comum encontrar em aldeias uma mistura de elementos que caracterizam religiosidade cristã e indígena juntas, tal acontecimento é reconhecido e até hoje lamentado pelo povo indígena, o que em alguns momentos causa uma divisão de crenças e segmentos religiosos como demonstra em sua fala o Morador 1 <sup>15</sup> da aldeia indígena da Mata da Cafurna:

[...] apesar de termos perdido nossas características físicas, mas a nossa religião graças a Deus ainda é presente e tentamos resgatá-la, a gente respeita e tudo, mas tem o eu da gente, que pra nós é vivo ainda, por que tem a forma da gente, que a gente não pode dizer, nós temos nossa religião e respeitamos quem quer seguir outra religião, mas na minha concepção nós não podemos atender dois senhores, ou você segue um ou você outro. [...] se eu nasci índia, eu vou morrer índia, respeito o catolicismo, participo, mas não sou católica praticante, posso ir a uma igreja evangélica, respeito, admiro, mas eu tenho a consciência da minha religião, mas respeito quem queira optar por outra, cada um tem sua liberdade.

Em meados do século XIX os Xucuru-Kariri utilizaram como estratégia de sobrevivência a invisibilidade, a fim de no momento oportuno ressurgirem e lutarem pelo reconhecimento de seus direitos.

---

<sup>14</sup>Em seu livro Os Índios do Brasil em 2007, pg: 255.

<sup>15</sup> Morador da aldeia que optou por não ser identificada para preservar seu povo.

No século XXI analisando a conjuntura indígena local é perceptível que camufladamente retomou-se o mesmo conceito de invisibilidade, só que dessa vez ele é percebido de forma invertida e totalmente metamorfoseada, agora podemos utilizar o termo neo (in)visibilidade, pois no século XIX o índio desaparece como forma de se autopreservar para em seguida ressurgir com mais força.

O silêncio do passado e o eco das suas vozes no presente impôs a este povo uma visibilidade marcada por perseguições e hostilizações, numa tentativa de negação de direitos e de fazer crer que aqui não mais habitam índios e sim grupos de pessoas que “se dizem índios”, mas que na verdade são ociosos e aproveitadores. Esta tentativa de negação identitária camufla o intuito de descredenciar o processo de luta pela terra, pela identidade, pela liberdade e pela vida. Esta negação é o mesmo que negar a formação histórica da cidade com suas raízes ligadas à população índia que inicialmente povoou esta localidade. Como pensa Maria Hilda Barqueiro Paraíso<sup>16</sup>:

Essa trajetória é comum a muitos povos indígenas do Nordeste. Foram eles que sofreram os primeiros impactos da colonização e viveram todas as etapas propostas pelo Estado português e brasileiro que tinha como únicos propósitos conquistar suas terras, aldear e escravizar e destruir sua cultura para transformá-los em trabalhadores dóceis a serviço dos projetos colonizadores.

Situação existente em diversas regiões do Brasil, que impregnou no índio brasileiro vários estereótipos, ignorando que ele já vivia no continente quando os invasores adentraram seus espaços sem respeito algum, como reafirma Melatti<sup>17</sup>:

Na verdade o Brasil se formou à custa da conquista dos territórios indígenas. Antes que se formasse o Brasil, as populações já existiam no continente. As fronteiras do Brasil foram traçadas sem tomar em conta a posição das sociedades indígenas.

E mesmo que o povo brasileiro em momentos reconheça e concorde com esta ideia, pouco ou quase nada é feito para que nossas atitudes passem a se tornar nossas próprias ações, enquanto isso a sociedade permanece dividida entre os que concordam, mas não tem condições de modificar a conjuntura política, enquanto que a outra parte tenha condição de contribuir, mas não o faz.

---

<sup>16</sup> Professora Doutora da UFBA APUD BARROS JÚNIOR.

<sup>17</sup> Em seu livro Os Índios do Brasil em 2007, pg: 257.

### 3.1 Os índios Xucuru-Kariri descritos pelos não índios

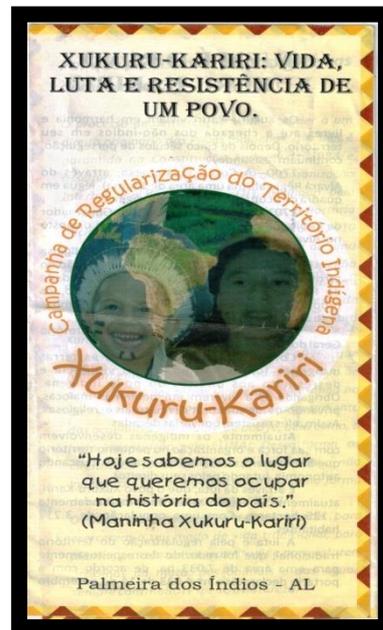
No imaginário de muitas pessoas que habitam o município de Palmeira dos Índios, conviver com etnias indígenas no mesmo território já foi possível, mas na atualidade isso se torna impossível pelo fato de que índios não existem mais. Segundo eles, o que existem são pessoas com algum tipo de parentesco indígena, mas nada que expresse uma cultura viva. Possivelmente acreditando que, uma vez que na história indígena do município os aldeamentos tenham sido extintos, conseqüentemente seu povo também tenha se extinguido junto, situação esta que não condiz com a realidade, mas de tanto ser repetida fica incutida como verdade em muitos discursos contemporâneos.

Parte do preconceito com o povo indígena Xucuru-Kariri e sua cultura é existente pelo estímulo dos posseiros das terras hoje em conflito e alvo de ação judicial para demarcação. Os mesmos são detentores de cargos públicos influenciáveis e donos dos principais meios de comunicação locais, além de serem organizadores de movimentos contrários ao processo de demarcação, a exemplo do **“Movimento Palmeira de Todos”** que no dia 20 de agosto de 2013, dia da emancipação política da cidade, convocou a população a proteger sua cidade de tudo o que pudesse causar risco à tranquilidade da população. No entanto sua principal intenção era recolher assinaturas de organizações, pessoas públicas e de cidadãos para poder recorrer contra o processo de demarcação física das terras que estava em estado adiantado.

Contrário a estas ações que cada vez mais só invertem e camuflam a realidade que está por trás destas falsas especulações e protestos referentes à demarcação, o povo Xucuru-Kariri também se manifesta tomando como base os grupos de trabalho contratados pela FUNAI a fim de que se comprovasse o direito dos povos indígenas a esses territórios tradicionais, além de organizarem campanhas, assembleias e cartas de repúdio contra as inúmeras facetas criadas para desmoralizar o povo Xucuru-Kariri e conseqüentemente descredenciar seus direitos territoriais.

O movimento a favor das reivindicações do povo Xucuru-Kariri congrega membros da etnia, estudiosos e pesquisadores da temática, além de simpatizantes da causa. Esse grupo criou uma fanpage no facebook para divulgar suas ações,

produziu folders, cartazes, cartilhas, camisetas e adesivos para angariar fundos para custear pequenas despesas com a mobilização. As imagens a seguir apresentam o folder da campanha e print's da fanpage.



A luta do povo indígena e a adesão de não índios ao movimento vem caracterizar a emergência de uma visibilidade étnica que foi negada em Palmeira dos Índios, mas que já não tem razão de ser. A popularização dos estudos sobre a temática indígena vem evidenciando a construção de uma identidade local marcada pelo protagonismo do índio como participe no processo de construção e povoamento de Palmeira dos Índios. Faz-se, assim um caminho em direção a visibilidade, ao pertencimento e ao reconhecimento histórico e cultural do povo fundador do Município.

### **3.2 O processo de demarcação física das terras Indígenas em Palmeira dos Índios**

O processo de demarcação física das terras indígenas compreende uma área de 7.073 ha, com um perímetro de 48 quilômetros aproximadamente, uma vez que pouco mais de 1000 ha já estejam ocupados oficialmente por índios. O território em questão localiza-se atualmente no entorno das aldeias já existentes, na região serrana, mas não existe nenhum mapa ou croqui que defina tais limites. As terras em conflito, em maior parte, estão em posse dos fazendeiros que adquiriram as terras de forma duvidosa.

Em outubro de 2013 foi determinado pelo Juiz da 5ª Vara de Arapiraca a imediata retomada dos trabalhos de regularização para a demarcação física do território Xucuru-Kariri inclusive com a desintrusão dos moradores das áreas ocupadas irregularmente e posterior indenização por suas benfeitorias, e caso não houvesse cumprimento a FUNAI e a União estariam sujeitos a multa diária de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) totalmente revertidos para os índios, no entanto nada foi agilizado e o Sindicato dos Produtores Rurais que assessora os posseiros entrou com recurso, ignorando assim o que determina o Artigo 65 da Constituição Brasileira quando afirma que “O Poder Executivo fará, no prazo de cinco anos, a demarcação das terras indígenas, ainda não demarcadas.”

A ausência de cumprimento da Lei prejudica o povo indígena em diversos aspectos, podendo os prejuízos serem irreparáveis a sua cultura, segurança, produção de alimentos, organização social, além, claro, do histórico conflito com a sociedade envolvente em consequência da demora jurídica que ora favorece, ora desfavorece a população indígena, resultando em desgaste físico, violência, preconceito e tantas outras situações.

O povo Xucuru-Kariri que desde meados do século XVII tradicionalmente ocupa o território e luta cotidianamente para que suas terras sejam de fato e direito regularizadas, tem encontrado muitas barreiras burocráticas, além das inúmeras ameaças contra suas lideranças.

O entrave maior se dá com uma área atualmente dividida em 463 propriedades que, segundo a assessoria do Sindicato<sup>18</sup>, possuem documentação

---

<sup>18</sup>Fala do Sr. Ricardo Vítório assessor jurídico do Sindicato dos produtores Rurais e também posseiro, de uma parte das terras em processo demarcatório.

comprobatória da sua compra de forma legal, porém no momento seguinte o mesmo assessor reconhece que essas mesmas terras foram doadas ao Frei Domingos de São José e aos índios para construção da capela em homenagem a Bom Jesus da Boa Morte, como segue:

Hoje a área é de 7.073 ha e nessa área têm 463 propriedades com cem anos, cento e cinquenta anos de escrituras centenárias. No século VXII, escrituras do tempo do império, até porque era uma sesmaria e quando os índios foram pra lá, foi uma doação de meia légua, que corresponde a três quilômetros em redor de uma capela que foi doada ao Frei Domingos de São José pra que criasse aquela capela e que aquela capela era na Serra da Palmeira, depois Vila de Palmeira, depois Palmeira onde existiam os índios e aí a cidade absorveu o nome dos índios.

Analisando essa argumentação é notória ao menos uma contrariedade, pois como é que se tem a escritura de uma terra que anos atrás foi doada aos índios? Seriam estas documentações forjadas?

Ou, no mínimo, documentações vendidas pelos próprios índios a estes posseiros mediante ameaças ou falsas promessas? Mas mesmo que se assim tivessem o feito, ainda não teria valor legal algum, uma vez que o índio brasileiro é de tutela do estado e as terras onde os mesmos habitam são apenas para usufruto, como poderia outro cidadão adquiri-las de maneira idônea, se o índio não teria autonomia para vendê-la?

Baseando-se em relatos dessa natureza, além de outras fontes é perceptível o grande interesse na defesa da manutenção dessas terras, seja por sua qualidade, seja por sua fertilidade para investir no agronegócio, seja para a criação de animais, ou principalmente para continuarem sendo seus proprietários, detentores de ostentação de poder.

Em relação à opinião sobre a questão da demarcação física das terras indígenas é muito visível a disparidade de compreensão a cerca desta situação. De um lado, pessoas alheias, sem acesso a esta situação, alguns são herdeiros, outros são caseiros de chácaras ou fazendas que depois de dedicarem suas vidas ao cuidado das terras alheias, recebem, de forma não oficial, um pedaço de chão para viverem. Segundo eles, a relação com os índios que vivem perto é tranquila como seria com pessoas de qualquer outra etnia ou segmento cultural, para muitos deles essa demarcação “nunca se concluirá”, pois ouvem falar dessa questão desde

quando seus filhos eram crianças, hoje homens e mulheres feitos e mesmo assim pouco mudou.

Conforme narrativa do Morador 3<sup>19</sup> que vive em uma propriedade próxima as áreas de demarcação física das terras Xucuru-Kariri:

Os índios são tranquilo [sic] pra viver perto deles, não faz bagunça nem são desordeiros, as veis [sic]eles some 15 dia, as veis um mês, mas num sai de dentro da terra deles, já ouvi falar que é pros ritual deles. A coisa só se complica quando o assunto é as terras por que eles também que nós não tem outro canto pra viver, mas com eles mermo nunca falemos sobre isso, nós conversa mais é com os grande que também tão arriscado de perder suas terra, eles organizam reunião diz pra gente que vão resolver as coisas e que nós só precisa assinar confirmando que não temo outro canto pra ir. Eu na verdade queria continuar no meu canto, plantando, vivendo, sem ter briga com ninguém, por que como eu disse com eles não temo problema só quando se fala de terra é que as coisa [sic] muda de figura.

Do outro lado os que têm influência, aliados políticos, que disputam a terra como se disputassem a própria vida, chegando em muitas situações a fazer ameaças de homicídios em massa, caso a demarcação de fato aconteça, como narra o Morador 4<sup>20</sup> a seguir:

Se o governo tirar a gente daqui para botar índio cachaceiro na terra que compramos com tanto suor e trabalho, o bicho vai pegar. Eu não quero nem pensar. [...] Esse pedacinho de terra aqui é minha vida, é o meu ganha pão, é tudo que eu tenho. Não é justo que arranquem ele de mim. [...] Se me tirarem do meu cantinho, arrancarão um pedaço de mim. Então, a minha vida não terá mais sentido.

São pontos de vista distintos. Na primeira entrevista é perceptível que quem fala atualmente vive um processo de pacificação, tanto os índios, quanto os demais moradores tentam estabelecer uma convivência saudável, enquanto que na fala seguinte é notório um discurso mais agressivo, que omite informações importantes como a de que as pequenas propriedades não serão desapropriadas e as que forem

<sup>19</sup> Morador 3 que optou não ser identificado, a fim de manter sua imagem preservada em entrevista a autora no dia 22/03/2014.

<sup>20</sup> Morador que optou não ser identificado, a fim de manter sua imagem preservada ao Site do Jornal Extra de Alagoas no dia 01 de maio de 2013.

desapropriadas receberão suas indenizações compatíveis a cada realidade e situação das terras em questão.

A ausência dessa explicação gera preconceitos por parte da sociedade envolvente, como cita o Morador 5<sup>21</sup>:

[...] eu acho que eles são importantes para a cidade, por fazerem parte da nossa história, claro que nem todos que se diz índio nem convive com os índio [sic] e não se interessam a resgatar a história, passando para nós moradores da cidade uma descrença. Eu acho que as terras foram habitadas primeiro por eles, mas acho difícil que elas sejam devolvidas, porque parece mais se tratar de uma disputa política, da qual os índios não vão ter sua vez, não porque não mereça, mas porque eles, os fazendeiros, têm influência que protege eles.

Os índios Xucuru-Kariri precisam ser vistos e reconhecidos como patrimônio cultural e imaterial do município. A população envolvente precisa ser estimulada a conhecer sua própria história e compreender que nesse processo o índio se faz presente como sujeito e a partir daí, perceber como é possível e necessário conviver bem com esta etnia. Sobre os posseiros Frederico Vieira Campos<sup>22</sup> diz:

Em todos os momentos os proprietários tiveram seus interesses discutidos legalmente. A FUNAI não desrespeita direitos, apenas executa o que a lei determina. Não promovemos injustiças. Somos reféns da legalidade.

Frederico reafirma as inúmeras tentativas do estado em buscar caminhos junto aos posseiros no intuito de diminuir a resistência dos mesmos a entregarem as terras para as demarcações, no entanto, destaca que são poucos os que cedem e conseguem receber pelas terras e pelas benfeitorias.

[...] eu ouço falar deles há muito tempo, meus pais falava que era melhor não ter muita amizade com eles porque eles eram bravos, mas hoje não. Como eu vivo desde quando eu casei numa terra herdada pelo meu marido e á nos planta banana e vive disso na feira, não acho certo que a gente perca, porque os índio não precisa de muita terra, o que planta mais é pra consumo do que pra vender.

Os depoimentos acima demonstram o quanto pouco se sabe a cerca das renúncias de territórios feitas pelo povo indígena, onde esse povo abre mão dos

<sup>21</sup> Morador que optou não ser identificado, a fim de manter sua imagem preservada.

<sup>22</sup> Coordenador Regional da Funai/AL.

pequenos territórios por entender que os pequenos agricultores não teriam pra onde ir, situação que difere da realidade dos grandes posseiros.

Dentre as oito aldeias existentes no município a Mata da Cafurna que atualmente é reconhecida como centro político das demais aldeias e que de forma muito interessante tenta trabalhar mecanismos de interação social entre índios e não índios através das visitas as aldeias e dos índios as escolas como forma de desconstruir essa impressão equivocada sobre o povo indígena e sua cultura pode ser o início deste processo de mudança, mas para que esse preconceito realmente vá sendo substituído por outros conceitos, será necessário que de maneira natural os índios consigam readquirir as condições de viver em coletividade com os seus, resgatando seu modo de viver e fortalecendo sua cultura tradicional, desafio este que não cabe apenas ao povo indígena, mas sim a todo o meio em que ele vive.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o povo Xucuru-Kariri e especificamente a trajetória dos moradores da Aldeia Mata da Cafurna, foi muito importante e enriquecedor, e contribuiu bastante na tentativa de preencher as lacunas existentes desde o processo histórico que trata da chegada dos índios, passando pelo processo de adaptação e afirmação de sua identidade com este território, que mais tarde se tornou Palmeira dos Índios e a partir desse estudo compreender os inúmeros conflitos existentes desde o século XVIII até os dias atuais, além de explorar as problemáticas entre os índios e parte da sociedade envolvente.

Desenvolver esta pesquisa foi desafiador, pois era pouco o contato que eu tinha com os índios Xucuru-Kariri, e eles muito reservados, por conta de já terem se decepcionado com outras pessoas e organizações, dificultaram, no início, a nossa aproximação, mas com o passar do tempo, eles perceberam que era uma pesquisa séria e foram contribuindo para a continuidade do trabalho, que me exigiu esforço físico, quando se precisava ir até a aldeia e chovia, além do trabalho intelectual, que exigiu inúmeras correções, dedicação, apoio do orientador desde o momento inicial, mas que rendeu bons frutos, passando pela busca de materiais bibliográficos, fazendo e refazendo as leituras, indo a campo, registrando as conversas, fotografando, utilizando ferramentas como o PhotoScape, anotando e selecionando, observando que todas as ações foram de grande valor, de suma importância e me possibilitaram um acúmulo de informações jamais obtidas se não fosse essa convivência com os aldeados.

As discussões aqui apresentadas dividem-se entre o cotidiano, a cultura, a indiferença e os conflitos territoriais entre os índios e os não índios, discussões baseadas nos relatos cedidos e apresentados no decorrer da pesquisa de forma fragmentada, conforme a necessidade da discussão em foco.

Uniu-se elementos imagéticos ao texto, criando assim um diálogo que possibilitou ao leitor melhor compreensão, pois o mesmo ao ler imaginariamente materializa ou já visualiza imagens que permitem uma melhor interpretação, como se propõe toda a pesquisa.

O objetivo maior foi conhecer a história do povo Xucuru-Kariri da Mata da Cafurna e tornar público seu histórico de lutas diante da postura de indivíduos não índios e algumas organizações que não aceitam conviver com a etnia no município.

A história indígena é repleta de misticismo e encanto, fatores que, a meu ver, contribui e estimula o pesquisador a investir cada vez mais nesse caminho, sinto-me como quem deseja adentrar ainda mais neste universo, e isto acontecendo que seja possível externar a realidade dos indígenas, tendo-os como protagonistas de sua própria história, desde suas dificuldades até sua resistência a todos as formas de preconceito dado e eternizado por muitos segmentos de nossa sociedade. Para que em um futuro próximo a sociedade índia e não índia convivam, respeitando o direito de ir e vir de cada um, reconhecendo que todos podemos ter diferenças, mas que isto não seja um fator para distanciamento ou qualquer tipo de indiferença, mas sim um motivo para estabelecer o convívio, compreendendo que é possível viver bem em um lugar que se tenha múltiplas culturas e saberes.

## REFERÊNCIAS

- ACADEMIA PALMEIRENSE DE LETRAS. Bandeira de Palmeira dos Índios, Disponível em: <http://apalca.com.br/bandeira-de-palmeira-dos-indios/>. Acesso em 08/04/2014.
- ALTMAM, Lori. **Estudo Aprofundado sobre a diversidade religiosa na perspectiva indígena**. Chapecó: Cadernos do Povo – PU, 1980.
- ARAÚJO, José Marcos Félix de. **A presença da cultura indígena na atual sociedade palmeirense**. 2011. 48 f. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Estadual de Alagoas: Palmeira dos Índios, 2011.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Artigo 231, Brasília: Gráfica do Senado, 1988.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República Casa Civil Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 6.001, de 19 Dezembro de 1973**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6001.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6001.htm). Acesso em 14 de abril de 2014.
- BARROS, Ivan. **Etnia Tribal Xucurú-Kariri e a formação de Palmeira dos Índios**. Ed. do autor , Olinda – PE. 2011.
- CARNEIRO, Sílvia Aguiar Martins. **Os caminhos da aldeia. Índios Xucuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. 1994.
- Carta de Repúdio dos Xucuru-kariri, 13 de agosto de 2013. Disponível em <http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&action=read&id=7088>. Acesso dia 26 de Outubro de 2013.
- CARRARA, Douglas. **Relatório preliminar circunstanciado das terras de identificação e delimitação da terra indígena Xucuru-Kariri**. 2011. Disponível em <http://www.bchicomendes.com/cesamep/relatorio.htm>. Acesso em 13 de agosto de 2013.
- FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. O Brasil Indígena IBGE. Disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/indios-no-brasil/o-brasil-indigena-ibgeidem>. Acesso em 08 de outubro de 2013.
- LAS CASAS, Frei Bartolomé de. **O paraíso destruído: A sangrenta história da conquista da América Espanhola** /tradução de Heraldo Barbuy. 6ª ed. Porto Alegre, 1996.
- LEVI STRAUSS, Claude. **As estruturas elementares do parentesco**; tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis, Vozes, 1982.
- MELATTI, Julio Cezar. **Índios do Brasil**. São Paulo, Editora EDUSP, 2007.

MOREIRA, Ana Cristina de Lima; PEIXOTO, José Adelson Lopes; SILVA, Tiago Barbosa da. **Mata da Cafurna. Tradição e cultura do povo Xucuru-Kariri.** Maceió: Catavento, 2008.

O QUE É história oral? Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/historiaoral>. Acesso em 20 de abril de 2014.

PARAÍSO, Maria Hilda Barqueiro: **Aldeando Sentidos** apud BARROS JÚNIOR. **Aldeando sentidos: Os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no Agreste Alagoano.** Maceió, EDUFAL, 2013.

PORTELLI Alessandro. **O que faz a história oral diferente** apud **Sulla specificità dela storia orale.** Disponível <http://historiaoral.com.br/website/index.php/artigos/11-o-que-faz-a-historia-oral-diferente-alessandro-portelli>. Acesso em 20 de abril de 2014.

SILVA JÚNIOR, Aldemir Barros da. **Aldeando sentidos: Os Xucuru-Kariri e o serviço de proteção aos índios no Agreste Alagoano.** Maceió, EDUFAL, 2013.

TV SENADO: **Audiência o Sr. Ricardo Vitória.** Dia 31/10/2013.

TORRES, Luiz Barros. **Os Índios Xucuru e Kariri em Palmeira dos Índios.** 4ª ed. Maceió, Igasa, 1984.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **Indentidade indígena no BRASIL Hoje,** 2006.

